



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

PROJETO ORLA: PLANEJAMENTO X DEGRADAÇÃO

Luciana da Silva Moraes

Rafael Sanzio

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialização em Turismo e Hospitalidade.

Brasília, DF, Fevereiro de 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Especialização em Formação de Professores em Turismo e Hospitalidade

PROJETO ORLA: PLANEJAMENTO X DEGRADAÇÃO

Luciana da Silva Morais

Banca Examinadora

Nome do Orientador, titulação
Rafael Sanzio

Nome, titulação
Membro da Banca

Brasília, DF, 26 de Fevereiro de 2004.

Morais Silva, Luciana

Projeto Orla: Planejamento X Degradação / Luciana da Silva Moraes.

62 f: il.

Monografia (especialização) - Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo.
Brasília, 2004.

Área de concentração: Turismo

Orientador: Rafael Sanzio.

1. Turismo 2. Turismo Urbano 3. Meio Ambiente - Monografia

Luciana da Silva Moraes

Projeto Orla: Planejamento X Degradação

Comissão Avaliadora

Professor Orientador

Prof. X

Prof. Y

Brasília, DF, 26 de Fevereiro de 2004.

DEDICATÓRIA:

À minha mãe Neuza por seu exemplo de vida, pelo carinho e apoio total dados a minha pessoa, em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS:

Á Deus que sempre esteve iluminando o meu caminho e com seu imenso amor, permitiu a realização deste sonho – concluir com êxito esta Pós-Graduação.

Aos meus pais Valdemar e Neuza que, através do apoio e incentivos materiais, psicológicos e morais, contribuíram para o meu sucesso acadêmico.

Ao meu namorado Marco Pólo que demonstrou amor, companheirismo, paciência, compreensão e apoio para a conquista dos meus objetivos.

Á minha melhor amiga Maria do Carmo e ao meu irmão Lucas que estiveram ao meu lado me apoiando psicologicamente e me incentivando para conquistar o meu sonho.

Aos professores do CET-UnB em especial ao meu orientador Rafael Sanzio.

"Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino."

Juscelino Kubischek

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO -----	04
2. OBJETIVOS -----	05
3. METODOLOGIA -----	26
4. AVALIAÇÃO MULTITEMPORAL DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA ORLA DO LAGO PARANOÁ -----	06
4.1 1º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1954 -----	07
4.2 2º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1964 -----	08
4.3 3º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1973 -----	09
4.4 4º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1984 -----	10
4.5 5º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1994 -----	11
4.6 6º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1998 -----	12
4.7 7º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 2001 -----	13
5. “ORLA”: O PROJETO OFICIAL -----	14
5.1 REATIVAÇÃO DO PROJETO ORLA -----	16
5.2 A PRÓXIMA ETAPA -----	18
6. OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA ORLA DO LAGO PARANOÁ -----	19
6.1 AS PROPRIEDADES QUE FAZEM DIVISA COM O LAGO -----	22
6.2 AS PROPRIEDADES QUE INVADEM ÁREA PÚBLICA -----	24
7. RESULTADO DAS ENTREVISTAS EXECUTADAS -----	27
8. CONCLUSÃO -----	28
9. BIBLIOGRAFIA -----	30

10. ANEXOS:

ANEXO A	32
ANEXO B	37
ANEXO C	40
ANEXO D	45
ANEXO E	50

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Mapa de uso do solo em 1954 -----	pág. 07
Mapa de uso do solo em 1964 -----	pág. 08
Mapa de uso do solo em 1973 -----	pág. 09
Mapa de uso do solo em 1984 -----	pág. 10
Mapa de uso do solo em 1994 -----	pág. 11
Mapa de uso do solo em 1998 -----	pág. 12
Mapa de uso do solo em 2001 -----	pág. 13

1. INTRODUÇÃO:

A propensão que Brasília tem para a atividade turística é inegável. A cidade apresenta características exclusivas para se desenvolver a partir do turismo. É a Capital Federal, planejada e localizada no centro geográfico do país, Patrimônio Cultural da Humanidade, a representação do moderno para o mundo, com arquitetura inovadora, grandes áreas verdes e um céu magnífico.

O Lago Paranoá que mesmo antes da sua construção já foi destinado por Lúcio Costa para o lazer da população urbana, não sendo permitido inicialmente residências e sim pontos destinados aos diversos tipos de entretenimento é o objeto de estudo desta pesquisa, sendo enfatizado o Projeto Orla e a ocupação territorial da respectiva região.

O Projeto Orla que alertou Brasília para o potencial do Lago Paranoá no que diz respeito às suas aptidões inusitadas para a implementação da atividade turística e de lazer que o lago proporciona, com o objetivo de manter a sua orla pública e destinada à implementação de 11 pólos com empreendimentos diversos para serem explorados comercialmente, ainda se encontra em um ritmo de implantação demorado, apesar da sua recente reativação.

No transcurso deste trabalho foi realizado um levantamento histórico relatando-se através de mapas alguns momentos específicos que evidenciam o Lago Paranoá e a sua orla antes e depois da sua construção, caracterizando-se principalmente a ocupação do seu território nestas ocasiões.

A seguir é relatado sobre o Projeto Orla destacando-se a sua proposta original, a sua situação atual com a reativação do projeto, a reforma da Concha Acústica, a sua realização mais recente e a próxima meta que é altamente dependente da iniciativa privada, assim como todo o projeto, que é a construção e consolidação do Pólo Gastronômico que visa atender aos visitantes e à população local que freqüentam a orla do lago.

O destaque à questão ambiental relacionado à ocupação territorial pelos proprietários de terrenos particulares próximos ao lago foi indispensável. Por um lado de nada adianta se ter todo um projeto turístico, com uma ocupação territorial planejada em diversos espaços destinados ao lazer se por outro as invasões de áreas públicas designadas ao turismo de lazer se tornaram evidentes, acarretando em uma série de impactos ambientais sem que realmente alguma atitude eficaz fosse adotada por parte das autoridades. Assim sendo, esse desordenamento territorial tornou-se uma ameaça a mais à sustentabilidade do lago.

Finalizando apresentam-se fotografias e diversas matérias de jornais locais relacionados à pesquisa realizada, que podem ser verificadas nos anexos.

2. OBJETIVOS:

2.1 - Averiguar o teor do Projeto Orla;

2.2 - Avaliar as construções previstas e realizadas de acordo com o Projeto Orla;

2.3 - Analisar os impactos ambientais relacionados à ocupação territorial no Lago Paranoá.

3. METODOLOGIA:

A metodologia instituída para a efetivação desta monografia foi de cunho qualitativo, com trabalho de campo e ângulo de abordagem social, tendo em vista os objetivos anteriormente determinados.

As entrevistas realizadas não tiveram como base um questionário estruturado, mas um roteiro com os assuntos a serem tratados durante as mesmas de acordo com os seus objetivos. Assim a entrevistadora encaminhou a conversa espontaneamente não estando vinculada a uma série de perguntas pré-formuladas.

Ao mesmo tempo foram efetuadas pesquisas em Bibliotecas, Jornais, Internet – sites das Secretarias do GDF e trabalho de campo nos pontos do Projeto Orla e em torno do Lago Paranoá. Abaixo se apresenta uma relação do que foi efetuado:

- 1°- Consulta a Bibliotecas: UnB e Secretarias a procura de material de apoio à análise;
- 2°- Coleta de dados e leitura bibliográfica sobre ocupação territorial, meio ambiente, sustentabilidade e Projeto Orla;
- 3°- Comparação de diversos mapas de Brasília – multitemporal, físico, político e turístico;
- 4°- Pesquisas na Internet;
- 5°- Visita a clubes da orla e a órgãos governamentais: TERRACAP, ADETUR, SEMARH e Secretaria de Obras;
- 6°- Análise dos locais do Projeto e das construções à margem do Lago Paranoá e
- 7°- Registro através de fotografias, para esclarecimento da pesquisa, dos principais pólos do Projeto Orla.

4. AVALIAÇÃO MULTITEMPORAL DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA ORLA DO LAGO PARANOÁ:

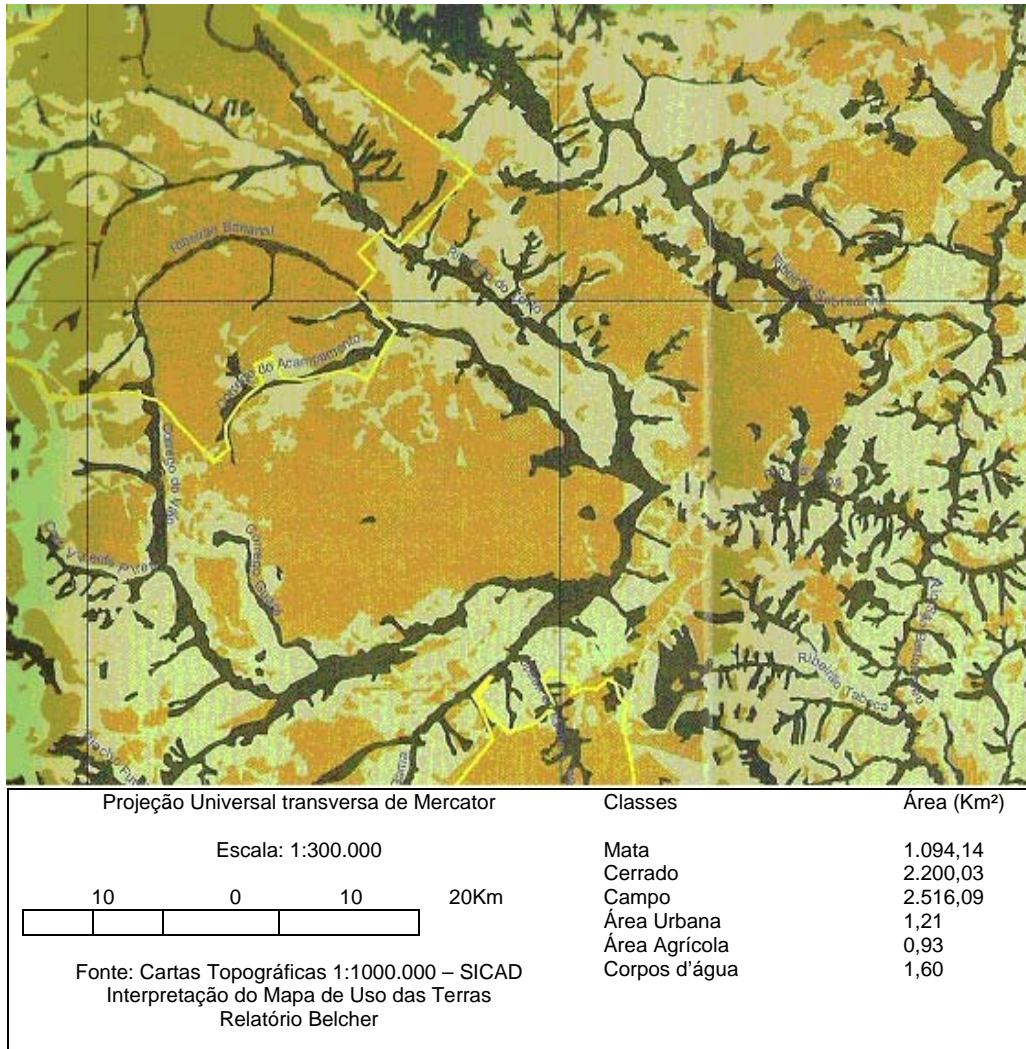
O Lago Paranoá apresenta características exclusivas que o transforma em um modelo ideal no que tange a relação entre a ocupação territorial do seu espaço geográfico e o turismo.

O lago foi planejado e instalado em um território de baixa ocupação humana e ambiente primitivo e atualmente apresenta aspectos urbanos e periurbanos marcantes que são os maiores responsáveis pela deterioração da sua vegetação nativa, embora ainda possua algumas áreas protegidas que podem colaborar na restituição dos corredores biológicos fundamentais na conservação da biodiversidade.

A seguir apresenta-se um levantamento realizado sobre a ocupação das margens do Lago Paranoá sendo avaliados sete momentos distintos: 1954, 1964, 1973, 1984, 1994, 1998 e 2001.

Os resultados alcançados apontam que a constituição da paisagem no Lago Paranoá, que estabelece um corredor aquático entre as áreas nucleares, está estreitamente relacionado aos intensivos processos de adensamento da malha urbana, principal responsável pela redução dos espaços naturais do cerrado circundante ao lago.

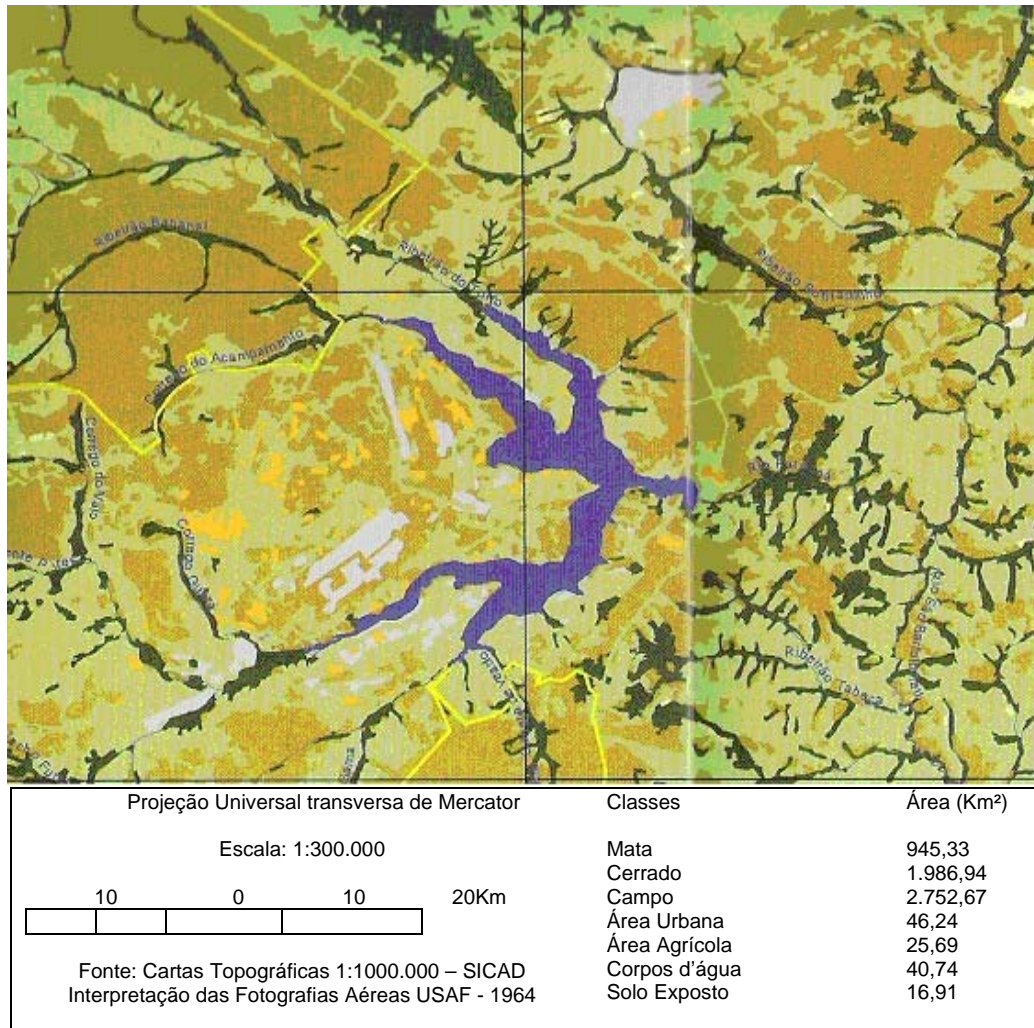
4.1. 1º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1954:



Fonte: Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2.ed. Brasília, UNESCO, 2002.
Obs.: Área referente ao Distrito Federal.

Na área de 37,50 km² onde se localiza atualmente o espelho d'água do Lago Paranoá constata-se através do mapa acima a situação original de cobertura vegetal do ano de 1954 apresentando principalmente mata. As análises preliminares e o projeto para a construção da barragem foram realizados em 1955, item já incluído no edital do concurso para o Plano Piloto. Neste momento a orla do futuro lago é constituída por campos, cerrados e corpos d'água - Ribeirão do Torto, Ribeirão do Gama, Rio Cabeça de Veado e Rio Paranoá. Verifica-se também que não há oficialmente a presença de núcleos urbanos no espaço analisado.

4.2. 2º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1964:

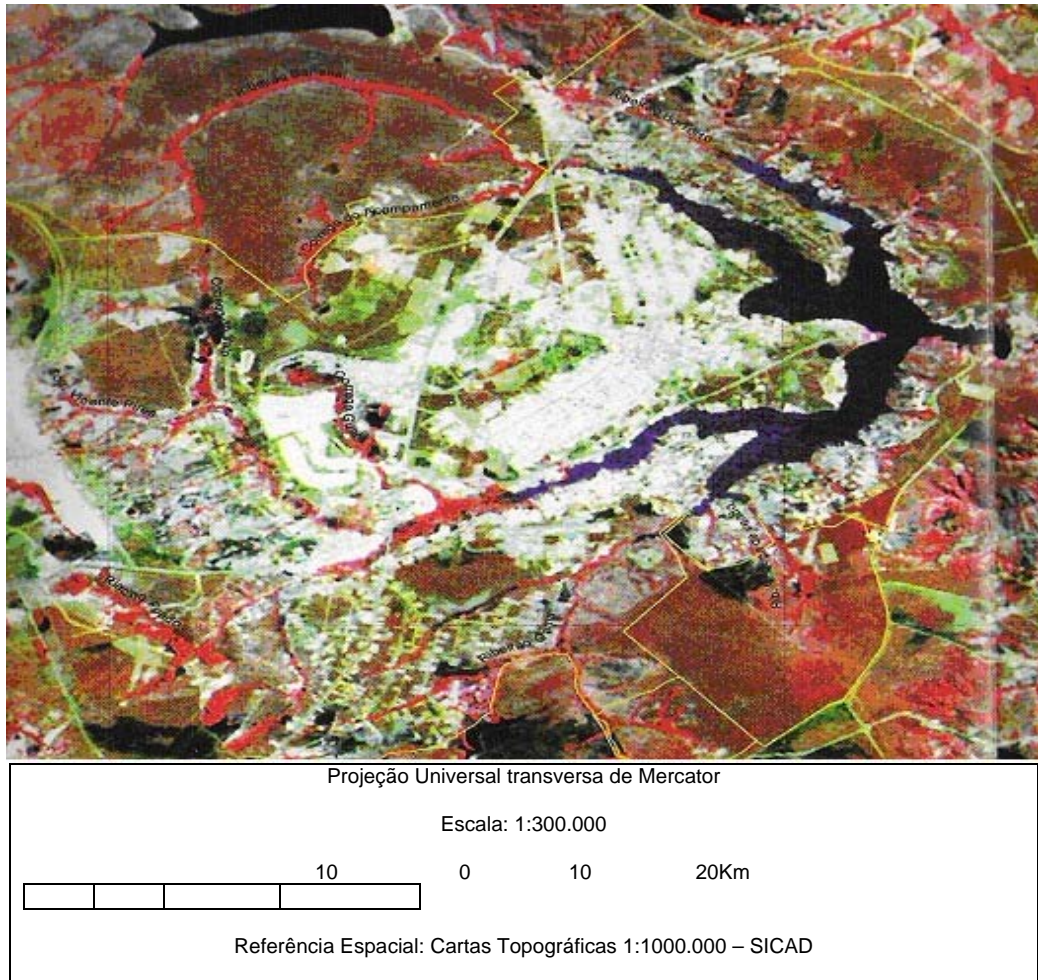


Fonte: Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2.ed. Brasília, UNESCO, 2002.

Obs.: Área referente ao Distrito Federal.

Neste período a barragem do rio Paranoá já se encontra construída, em 1957 iniciou-se as obras e o represamento do Rio Paranoá e riachos do Gama, Bananal, Ribeirão do Torto e Vicente Pires, inundando-se uma grande área de mata localizada ao longo destes cursos d'água. Nesta ocasião os moradores da Sacolândia e de acampamentos pioneiros, que ocupavam a área do lago foram expulsos devido á elevação do nível d'água deste. Nota-se no mapa acima que a orla da barragem apresenta várias manchas de solo exposto (cor laranjada), que foram utilizadas como áreas de empréstimos para a construção da Nova Capital. Observa-se também o início do processo de surgimento de novas áreas urbanas (cor branca).

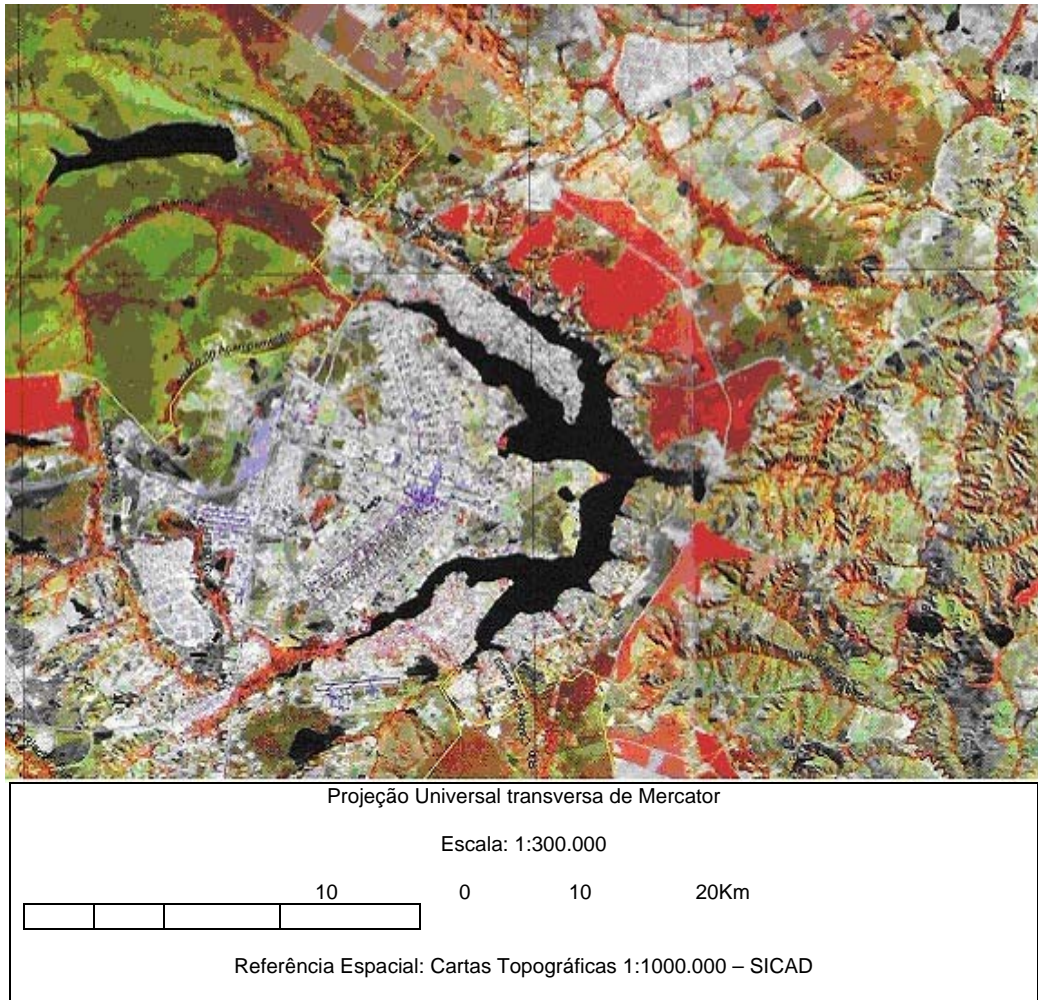
4.3. 3º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1973:



Fonte: Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2.ed. Brasília, UNESCO, 2002.

O ano de 1973 é caracterizado pelo adensamento da malha urbana. Um dos pontos mais densos neste ano no Distrito Federal é o Plano Piloto, porém, constata-se na carta imagem apresentada acima que a orla do Lago Paranoá já se encontra com uma ocupação urbana significativa, principalmente na sua porção Sul.

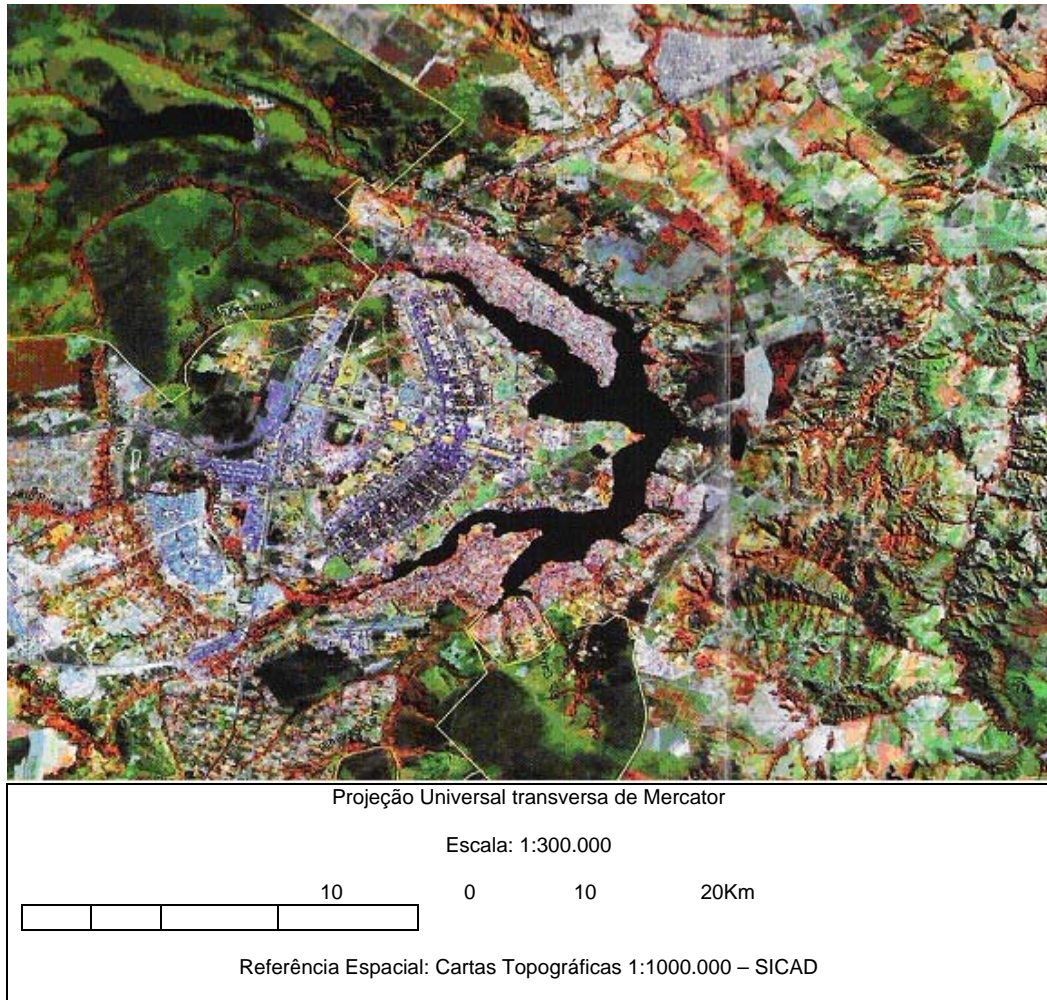
4.4. 4º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1984:



Fonte: Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2.ed. Brasília, UNESCO, 2002.

Comparando-se a carta imagem de 1973 à de 1984 fica evidente o aumento populacional na orla do Lago Paranoá, que dessa vez ocorre com maior ênfase na sua porção Norte.

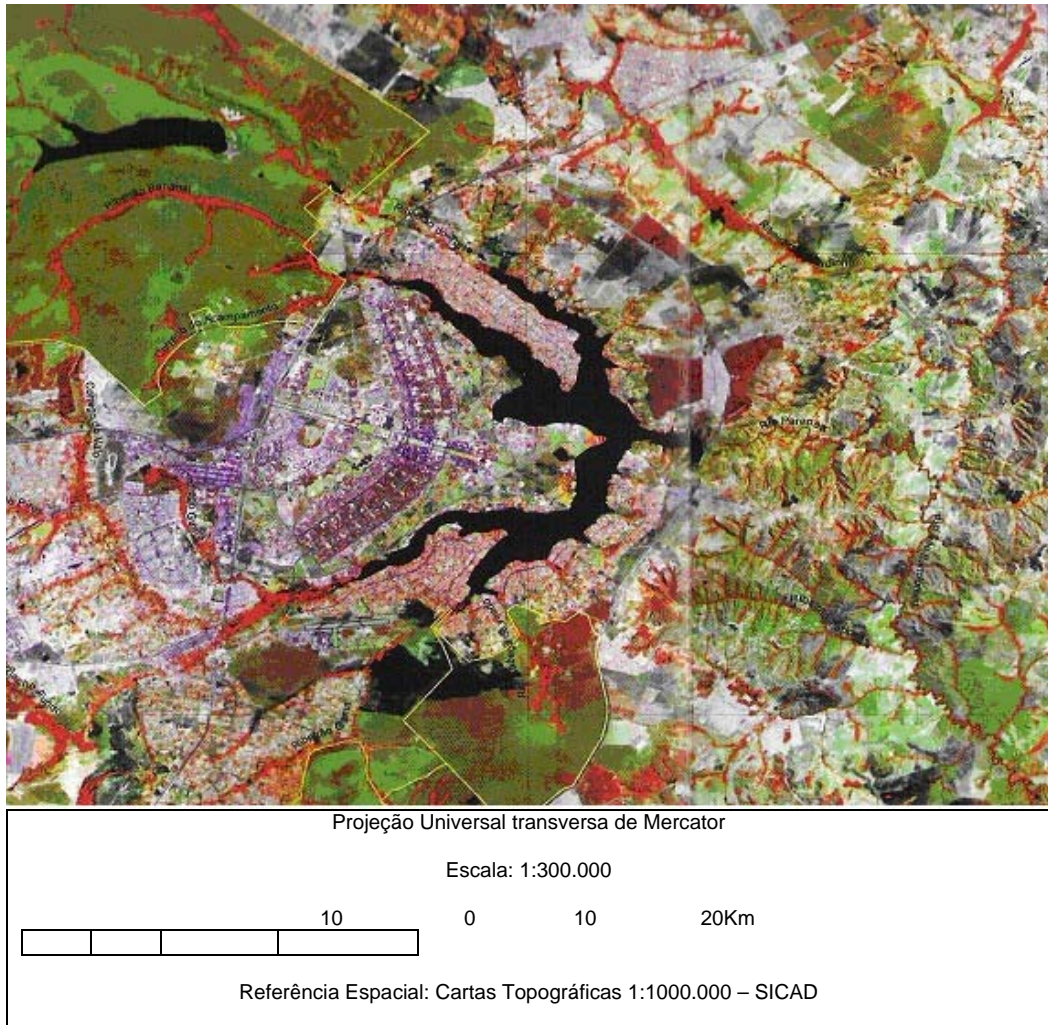
4.5. 5º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1994:



Fonte: Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2.ed. Brasília, UNESCO, 2002.

Esta ocasião é caracterizada pelo surgimento de novas áreas urbanas de caráter popular no Distrito Federal como, por exemplo, a Região Administrativa do Paranoá próxima à barragem do Lago Paranoá.

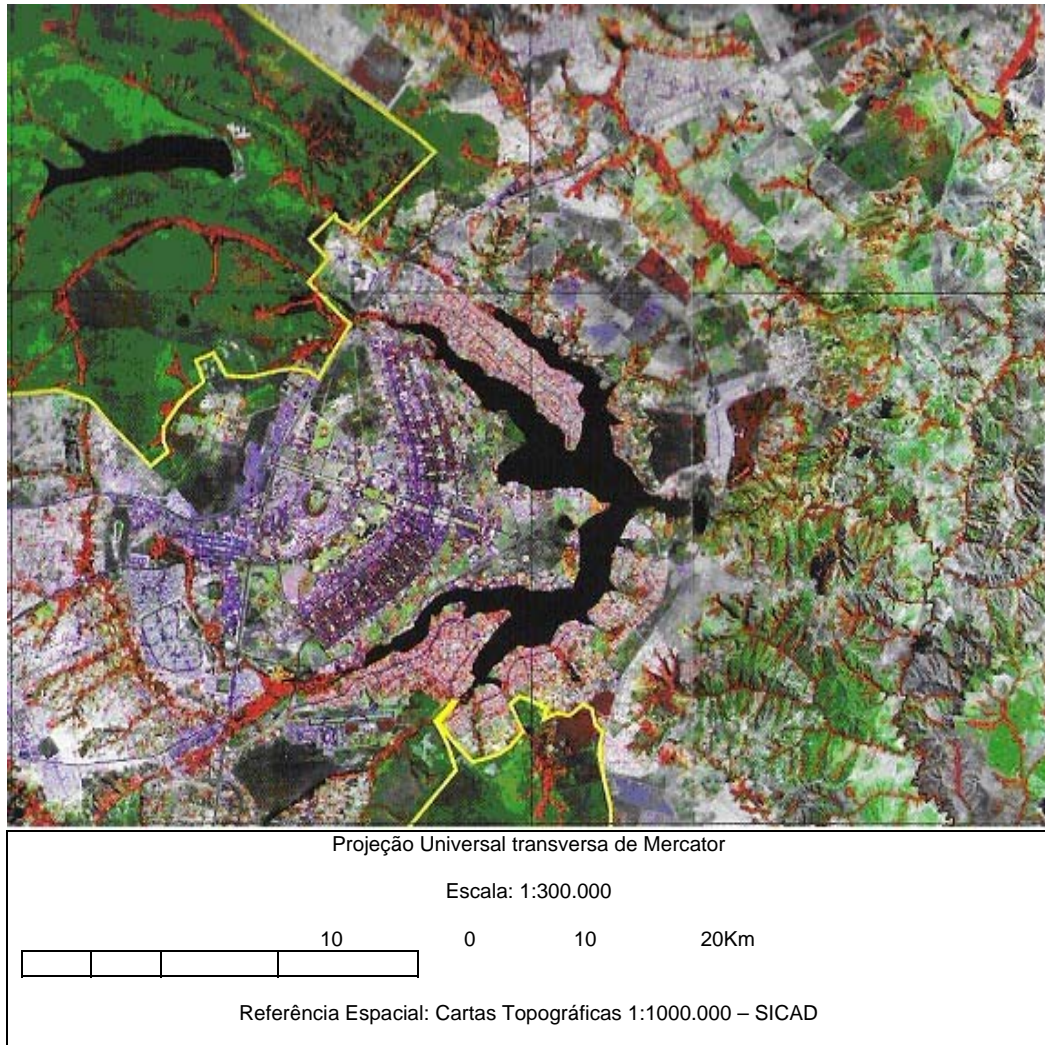
4.6. 6º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 1998:



Fonte: Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2.ed. Brasília, UNESCO, 2002.

Nesta ocasião a ocupação do solo na orla do Lago Paranoá apresenta-se num ritmo crescente e contínuo, as suas margens estão tomadas em grande parte por restaurantes, clubes e áreas que poderiam ser destinadas ao lazer, como as do Projeto Orla. Neste período as invasões de áreas públicas realizadas por especuladores imobiliários e proprietários de terrenos particulares agravam os problemas ambientais existentes no lago tais como o assoreamento e poluição de suas águas.

4.7. 7º TEMPO – MAPA DE USO DO SOLO EM 2001:



Fonte: Vegetação do Distrito Federal: Tempo e Espaço. 2.ed. Brasília, UNESCO, 2002.

Neste período algumas áreas anteriormente desocupadas e/ou abandonadas começam a ser destinadas ao Projeto Orla. Assim, já se encontravam fixadas as imagens de Orixás na “Prainha”. Alguns restaurantes do Píer 21 ainda estavam sendo construídos e os hotéis próximos ao Palácio da Alvorada (Tree Towers Alvorada e Lake Side) também se encontravam em processo de construção. No Pontão Sul o “Portão Romano” e as cercas do mesmo estilo já estavam construídas, porém internamente apresentava somente a infra-estrutura necessária, plantio de árvores e iluminação especial.

5. “ORLA”: O PROJETO OFICIAL

O Projeto Orla cujo nome oficial é Plano de Ordenamento e Estruturação Turística de Brasília, no qual conceitualmente foi denominado de “Projeto Orla - Revitalização do Lago Paranoá” visa o desenvolvimento urbano da orla do lago com aproveitamento turístico, econômico e social em áreas pertencentes ao Governo do Distrito Federal que o circundam.

O projeto segue a orientação do arquiteto e urbanista Lúcio Costa no que tange à utilização do lago e sua ligação com a cidade, transformando-o intensamente através da qualificação dos seus espaços, tornando possível o ingresso das pessoas e democratizando, dessa forma, a sua utilização. O Projeto Orla vem reforçar a característica bucólica do lago, ampliando a qualidade da cidade em acolhedora, turística e cultural, capaz de suavizar o Planalto Central – centro das decisões políticas do país.

O desenvolvimento do projeto se apóia em dois critérios básicos: a ampliação das alternativas de lazer à população residente no Distrito Federal e a criação de alternativas para aumentar o tempo de permanência dos milhares de passageiros que chegam à cidade. Assim, o lago estará acessível a todos e proporcionará um espaço atrativo para o turista com maiores opções de lazer, esporte, cultura e ambientes agradáveis de estadia, acentuando o interesse destes pela Capital, consolidando Brasília como pólo turístico nacional e internacional.

As normas gerais adotadas no projeto têm o propósito de não descaracterizar a concepção de Brasília. Portanto deve-se manter a orla livre para acesso e uso públicos, preservar a horizontalidade da paisagem, valorizar o patrimônio cultural da humanidade, recuperar os princípios os quais nortearam a criação da cidade e manter a predominância de espaços livres e arborizados sobre os espaços construídos, característicos da escala bucólica de Brasília. Assim, a ocupação das margens do lago com qualidade, oferecerá espaço e uma paisagem onde as pessoas sintam prazer de se encontrar e se divertir.

Um projeto de tamanha importância é impossível ser efetuado somente pelo setor público devido à falta de recursos. Foi por esse motivo que o GDF estabeleceu parcerias com empresários da iniciativa privada no sentido de executá-lo, pelo menos teoricamente, de forma mais breve e sem ter que impor certos custos sociais nessa obra, como a suspensão de recursos na saúde, educação e transportes, itens primordiais para a população.

De acordo com o Projeto Orla, os terrenos pertencentes ao mesmo serão licitados¹ pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, pois a maioria pertence a ela, com exceção de algumas áreas dos calçadões que são públicas, mesmo assim o Governo do Distrito Federal delegou-lhe a competência para efetuar também as licitações dessas áreas.

De acordo com a revista Projeto Orla, Brasília XXI “o Projeto Orla é composto por 11 pólos, planejados para funcionarem tanto no período diurno como noturno e um Calçadão, designado de Alameda que os interligam. Estão previstas várias utilizações para estes pólos, que vão desde a hospedagem às culturais, passando pelo comércio e lazer, com oferta de ambientes atrativos e de meios agradáveis de estada, tudo para aumentar o tempo de permanência do turista na cidade.”²

Conforme o projeto todos os pólos se concentrarão no Plano Piloto, com exceção do Pólo 1 - Pontão do Lago Norte, concebido para ser o principal meio de lazer da comunidade do Lago Norte e também por possuir uma relação náutica evidente.

“Em cada pólo serão permitidas diversas atividades complementares, possibilitando maior variedade e dinamismo na sua utilização. Quatro sistemas de circulação ligarão os pólos. A própria Alameda para os pedestres, uma Ciclovia, um veículo de baixa velocidade circulando paralelamente ao Calçadão e para os pólos na beira do lago, marinas públicas e pequenos atracadouros para os barcos.”³

Serão: Pólo 1 - Pontão Lago Norte; Pólo 2 - Complexo da Enseada; Pólo 3 - Complexo do Brasília Palace; Pólo 4 - Parque do Cerrado; Pólo 5 – Marina do Paranoá; Pólo 6 – Centro de Lazer Beira Lago; Pólo 7 - Parque Tecnológico; Pólo 8 - Centro Internacional; Pólo 9 - Parque Aquático; Pólo 10 - Parque das Nações; Pólo 11 - Pontão Lago Sul.

¹ A licitação é apenas para concessão de uso, por período estabelecido no contrato. Somente após o vencimento, se houver interesse das partes, poderá ser vendido.

² in Brasília. GDF. Revista Projeto Orla, Brasília XXI. Brasília, 1995, p. 11.

³ idem nº 2

5.1. REATIVAÇÃO DO PROJETO ORLA:

Atualmente o Projeto Orla encontra-se quase que paralisado. Apesar da reforma da Concha Acústica e dos quiosques do Pólo 3 conforme o projeto inicial que tinha sido abandonado, o Governo do Distrito Federal não prioriza a revitalização do Projeto Orla. O que se nota é uma série de entrevistas e anúncios de líderes governistas elogiando o projeto, ressaltando a sua importância na geração de emprego e renda para o Distrito Federal, entretanto a prática é completamente diferente.

A Concha Acústica é um teatro ao ar livre e que já foi aproveitado para diversos acontecimentos como exposições, festas, espetáculos e vários eventos culturais. Era considerada a melhor alternativa de entretenimento popular de Brasília e um local adequado para o surgimento de novos artistas. O espaço já foi palco de inúmeros shows, acolhendo diversos artistas como Roberto Carlos, Djavan, Caetano Veloso, a banda brasiliense Nativus, sem esquecer do festival do Porão do Rock que foi realizado em 1999. Contudo o espaço encontrava-se totalmente depredado e sem condições de sediar qualquer tipo de evento. Por isso o mesmo estava fechado desde 2002.

No entanto, neste ano (setembro) a revitalização do Projeto Orla recebeu mais duas obras de lazer, cultura e turismo. A Concha Acústica e os quiosques do Pólo 3 foram totalmente reformados, vários serviços foram executados, como a recuperação das redes hidráulica e elétrica, cabine de som, bilheteria, sanitários e camarins, além das pinturas dos bancos e limpeza. Ficando o custo da obra em torno de R\$ 230 mil. Contudo aguarda-se a abertura de licitação para a exploração dos dois espaços.⁴

A Concha Acústica de Brasília é um anfiteatro destinado a realizações e apresentações teatrais, shows e espetáculos ao ar livre, de viva voz, sem necessidade de ampliação eletrônica de som. Com capacidade para abrigar seis mil pessoas sentadas, numa área construída de 8.435 m². O palco em nível inferior é dotado de concha acústica com 42 metros de comprimento e 5 metros de altura.⁵

⁴ *apud* Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 04, 27/09/2003. Vide anexo nº 10.

⁵ *Idem* nº 4.

Recentemente tanto a população de Brasília como os turistas necessitam de espaços como esse, pois são poucos os eventos populares na cidade. De acordo com o presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes – Sindobar “as pessoas não saem mais de casa. Além de serem poucas as atividades culturais na cidade, as opções que existem atualmente são muito caras. (...) Tanto os visitantes quanto os residentes querem ter o que fazer. Uma cidade que se desenvolve em torno de uma boa agenda cultural atrai as pessoas para a rua, favorecendo a utilização dos serviços de hotéis, bares e restaurantes, cinemas e teatros”.⁶

O desenvolvimento dos setores relacionados ao turismo está intimamente ligado às atividades culturais. Conseqüentemente, com a reforma da Concha Acústica as bandas musicais ou companhias não pagarão os altos preços dos teatros e casas de espetáculos, o que encarece o preço dos ingressos e diminui o tempo de permanência dos mesmos na cidade, prejudicando vários equipamentos relacionados ao lazer local.

⁶ Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 04, 28/07/2003. Vide anexo nº 11.

5.2. A PRÓXIMA ETAPA:

Segundo reportagem do Jornal de Brasília do dia 27/05/2003 “está previsto para até o final de 2004 a construção e o funcionamento do Pólo Gastronômico do Projeto Orla, que conterà restaurantes e vários empreendimentos destinados ao lazer e receberá o nome de Farol do Lago. A localização do pólo será entre a Concha Acústica e o Quality Lake Side Hotel, em uma área de 14 mil metros.”⁷

O investimento de R\$ 5 milhões está sendo feito pela iniciativa privada de Brasília e possivelmente empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo serão convidados a participar do projeto, porém, somente quando o mesmo estiver mais adiantado. A previsão é de que o projeto gere três mil empregos diretos e aproximadamente três mil indiretos.⁸

Além dos restaurantes, o empreendimento possuirá livrarias, tabacaria, microcervejaria que fabricará e venderá o produto, boates com apresentação de orquestras durante a semana e de DJs aos fins de semana, bar flutuante que fornecerá comida e bebida às embarcações, capela flutuante destinada á realização de casamentos e uma escola de gastronomia e de formação de sommeliers.

De acordo com Marco Aurélio da Costa, um dos empresários que participa do grupo de responsáveis pelo projeto, sócio do restaurante Piantella, o pólo terá entre quinze e vinte restaurantes, mercado de flores e de peixes, boate, pier e capela flutuante, entre outros atrativos. (...) “Vamos trazer chefs e sommeliers de todo o país para dar aulas”. Além disso, a casa funcionará como uma rotisseria (casa de venda de carnes) e pâtisserie (confeitarias francesas, onde também são vendidos produtos salgados). “E venderemos vinhos de nossa adega também”, acrescenta.⁹

Assim, se forem seguidos todos os “passos” do projeto e se futuramente bem administrado a previsão é de que o Pólo Gastronômico seja mais um impulso para o turismo de lazer na Capital Federal, conforme a revitalização do Projeto Orla.

⁷ Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 06, 27/05/2003. Vide anexo nº 13.

⁸ Idem nº 7.

⁹ Ibdem nº 8.

6. OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA ORLA DO LAGO PARANOÁ:

As ocupações ilegais de terras e espaços públicos são questões em que poder público do Distrito Federal perdeu o controle, talvez por omissão, o que resultou na ousadia dos invasores. Pode-se afirmar que as invasões de terras já fazem parte da cultura do Distrito Federal caso fossemos analisá-las historicamente. Contudo, tal prática não distingue classe social, pois do nobre ao mais humilde morador de Brasília já aderiu de tal meio objetivando a posse de terras, sem que o poder público atue de forma eficaz para conter tais excessos.

No caso específico da orla do Lago Paranoá são inúmeros os fundamentos utilizados pelos moradores para tal prática. As justificativas vão desde o abandono das áreas verdes por parte dos órgãos do governo, com o conseqüente crescimento de mata e o acúmulo de lixo e entulho, à segurança, ameaça dos delinqüentes que se utilizam dessas áreas para invadirem as propriedades particulares.

Nos Setores de Mansões do Lago Norte e de Clubes e Hotéis Sul e Norte, em que os terrenos fazem limite com o lago, as Normas de Gabarito (NGBs) relacionadas à construção de equipamentos voltados para a atividade náutica como marinas, píeres, muros de arrimos e aterramentos não atuam de forma efetiva prevenindo ou coibindo práticas irregulares, o que implica em sérios agravos ao meio ambiente.

A legislação existente sobre ocupação e construção na orla é dispersa e de responsabilidade de diferentes atores. A legislação da Marinha é voltada, fundamentalmente, para as questões da segurança da navegação, deixando sob a responsabilidade do governo local (SEDUH e Administrações Regionais) os aspectos urbanísticos e edílios das construções. As questões ambientais, abordadas no Código Florestal, nas Resoluções CONAMA e na legislação local, são da alçada da SEMARH, da Delegacia do Meio Ambiente – DEMA, e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, por intermédio da Prodem. Os aspectos relativos ao tombamento de Brasília, como Patrimônio Cultural da Humanidade são de responsabilidade da Prourb e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.¹⁰

No que se refere às ocupações na orla do lago, existe um agravante por se tratar de área de preservação permanente, conforme o Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) e a Resolução CONAMA nº 004, de 18 de dezembro de 1985, que exigem 30 metros de área de preservação permanente (APP) em volta das lagoas, lagos ou reservatórios, e 100 metros de APP em torno de represas hidrelétricas, como é o caso do Lago Paranoá.¹¹

¹⁰ *apud* Fernando Oliveira Fonseca, Olhares sobre o Lago Paranoá, pág. 74.

¹¹ *Idem* nº 10.

O código só permite a supressão total ou parcial de florestas ou outros tipos de vegetação de preservação permanente com prévia autorização do Poder Executivo Federal, e somente quando é necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.¹²

Em novembro de 2000 foi realizado um amplo debate na Câmara Legislativa do Distrito Federal, cujo tema foi à cobrança de taxas para a utilização dos espaços públicos. A respectiva medida foi aprovada e assim o poder público assumiu a fiscalização dos mesmos. Foram estabelecidos regras e parâmetros sobre a ocupação de áreas públicas e certas irregularidades receberam o aval do poder público local, pois só bastaria pagar uma simples taxa de ocupação do espaço público; assim a ilegalidade virou legalidade. No mesmo debate os espaços verdes residenciais foram isentos de taxas. Portanto, o assunto foi abreviado a uma simples cobrança de taxas não se valorizando de nenhuma forma a questão ambiental.

Em 2003 foi realizado o seminário “Gestão Participativa e Integrada do Lago Paranoá”, na Universidade Católica de Brasília (UCB). Os debates asseguraram o valor da Bacia do Paranoá e dos seus recursos hídricos para a cidade. No que tange a defesa e preservação do lago, conclui-se que é extremamente importante concretizar a criação do Comitê de Gestão da Bacia do Paranoá e sensibilizar o governo local da sua importância.

O Comitê Gestor da Bacia do Paranoá é o responsável pelo planejamento, distribuição e utilização de forma integrada e sustentável dos recursos hídricos. O uso e ocupação do solo que atualmente está diretamente interligado à água no Distrito Federal deverão ser aprovados pelo comitê, que não tem o poder de fiscalização do Estado, mas pode pressioná-lo para que a preservação aconteça de forma concreta.

O comitê ainda não existe por falta de vontade política e estrutura organizacional do governo. Por lei, ele já deveria ter sido criado em 2001, quando foi aprovada a Lei das Águas do DF (Lei 2725/2001), mas até agora não saiu do papel. No DF, o poder público tem sido o grande dificultador da formação de comitês, quando nos outros estados é o contrário. (...) Ainda não há vontade política de se valorizar medidas de gestão de recursos hídricos.¹³

O que se observa de forma concreta atualmente são os discursos de aversão do poder público e da sociedade à questão, porém, os mesmos não agem efetivamente e as ocupações progredem diariamente. Observa-se uma enorme quantidade de pedidos para o licenciamento ambiental de píeres e marinas, contudo não existe uma regra específica que regulamente os pedidos.

¹² *apud* Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 06, 27/05/2003. Vide anexo nº 20.

¹³ Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 12, 14/05/2003. Vide anexo nº 27.

Executar a legislação é o mínimo esperado, uma vez que é somente através dessas medidas que se poderá frear essa grave ocupação desordenada na margem do lago e disciplinar as ocupações atuais, ordenando a ocupação da orla do Lago Paranoá através de regras para as diversas construções de píeres, rampas para embarcações, cais e similares.

Entretanto, de nada adianta preceitos eficientes sem que o poder público adote ações concretas que coíba tais ilegalidades e por fim discipline e organize a orla do Lago Paranoá.

6.1. AS PROPRIEDADES QUE FAZEM DIVISA COM O LAGO:

A ocupação antrópica na margem do lago acelerou-se nos últimos anos e conseqüentemente forçou a elaboração de uma legislação que a regulamentasse. Assim sendo, atualmente os proprietários de terrenos que fazem limite com o Lago Paranoá que pretendem efetuar qualquer tipo de construção sob, sobre ou às margens do lago devem ter a autorização da Administração Regional da respectiva região, que divulgará o resultado do pedido após divulgação do parecer da Capitania dos Portos e da SEMARH.

As construções quando situadas em área tombada, deverá ser consultado além dos respectivos órgãos citados anteriormente também o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O Código das Águas na Lei Federal e Distrital e o Código Florestal definem a correta forma de ocupação das margens do lago e estabelecem que a sua vegetação natural está localizada em área de preservação permanente.

A área de preservação permanente em volta do Lago Paranoá tem no mínimo 30 metros de largura, que são medidos horizontalmente, a partir do nível mais elevado das águas, conforme Resolução CONAMA nº 04/85.

A faixa marginal de 30 m (trinta metros) de preservação permanente em torno do Lago Paranoá, por estar inserida em área urbana, poderá ter sua ocupação disciplinada pelos Planos Diretores Locais de Brasília, Lago Sul e Lago Norte, conforme assegurado no Código Florestal, Lei 4.771/65, sem prejuízo de dispositivos da legislação em vigor, afetos à questão, a seguir discriminados:

I – As áreas que integram a Zona de Vida Silvestre da APA do Paranoá, definida no Decreto 12.055/89, são destinadas exclusivamente à preservação dos ecossistemas e biota, não sendo passível de qualquer ocupação ou alteração.

II – As edificações, instalações ou exercício de atividades que ofereçam risco de poluição das águas, assoreamento ou qualquer outro dano ambiental ao Lago Paranoá, não poderão ser permitidos, conforme restrições estabelecidas no Decreto nº 12.055, de 14 de dezembro de 1989.

III – A preservação da escala bucólica – elemento da concepção urbanística da cidade, que lhe confere o caráter de cidade-parque – da qual o lago é o maior monumento, prevista no Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, deverá dar-se de modo a prevalecer a cobertura vegetal do Cerrado nativo ou das áreas arborizadas na forma de bosque, evitando-se, ao máximo, a impermeabilização do solo.¹⁴

¹⁴ Fernando Oliveira Fonseca, Olhares sobre o Lago Paranoá, pág. 77.

No entanto, constata-se que na orla do Lago Paranoá quase todas as residências possuem algum tipo de construção na sua margem que fere vários regulamentos ambientais e não apresentam nenhum licenciamento. Estas construções provocam, entre outras conseqüências, a redução do espelho d'água do lago que já se encontra em situação crítica.

Não é novidade que vários proprietários desobedecem à devida legislação – a 30 metros do lago é área de permanente proteção. Para aumentar o terreno os mesmos utilizam vários artifícios como o aterro das margens para posterior construção e se fundamentam no medo da violência e na exigência de privacidade.

Os casos são muitos, mas, ainda assim, a Administração não tem controle sobre o número de áreas irregulares nem mantém uma fiscalização intensiva para impedir o avanço das construções.¹⁵

Os muros de arrimo para aterro ou para conter erosões são permitidos até o limite do espelho d'água, sendo proibido o aterramento das águas do Lago Paranoá e deverão reproduzir o desenho da orla natural do lago. Estes seguem padrões de distância e altura porém alguns proprietários dos lotes denominados pontas de picolé sem a devida licença ambiental instalam grades dentro do lago impedindo qualquer pessoa de utilizar seus píeres, que devem ser obrigatoriamente de uso público.

A conseqüência do descaso da sociedade e do poder público está no assoreamento, problema que atinge os lagos urbanos e que poderá acabar futuramente com o principal ambiente de lazer de Brasília, pois o processo é irreversível, mas ainda pode-se adotar medidas corretivas e impedir o seu avanço.

As previsões não são nada otimistas: “Daqui a 50 anos, as gerações futuras brasilienses podem não ter o Lago Paranoá como ele é hoje. Desde que foi criado, na década de 60, o lago vem sofrendo com a redução do seu espelho d'água. Segundo estudos de especialistas, desde então o Paranoá diminuiu 2,3 quilômetros quadrados, área equivalente a 213 campos de futebol.”¹⁶

A exigência do lago por atitudes adequadas quanto ao aspecto ambiental é evidente, pois, além das atividades voltadas ao lazer, dos fins paisagístico e urbanístico que representam a peculiaridade bucólica do lago, o mesmo adquiriu outras finalidades essenciais como dissolver e transportar esgoto tratado, captar as águas pluviais e gerar energia, assumindo uma função de destaque na cidade.

A legislação em vigor é muito ampla necessitando padronizar e regulamentar o que é permitido ou não construir na orla e Brasília deve incluir isso no seu Plano Diretor Local – PDL.

¹⁵ Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 03, 09/04/2003. Vide anexo nº 20.

¹⁶ Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 09, 11/04/2003. Vide anexo nº 24.

6.2 – AS PROPRIEDADES QUE INVADEM ÁREA PÚBLICA:

A prática da invasão de áreas públicas em Brasília não está sendo somente uma característica das áreas de baixa renda, sendo atualmente constatada nos locais de elevada valorização imobiliária como o Lago Sul e a Península Norte.

Os terrenos desses pontos cuja área original é de 800 m² estão situados em uma área de previsão de um espaço público na orla, contudo não foi realizada a devida infra-estrutura designando-se os acessos como vias e passeios públicos, acarretando em invasões realizadas por propriedades próximas a esses espaços, que acabaram avançando sobre a orla ocasionando séria degradação ambiental.

Atualmente é permitido aos moradores ocuparem áreas públicas, desde que obedçam as devidas legislações no que diz respeito ao Código de Edificações e Posturas do DF, às normas de uso e ocupação do solo, normas ambientais e da Capitania dos Portos e as demais normas exclusivas a cada tipo de atividade a ser praticada. Os mesmos necessitam de uma autorização que será outorgada somente ao proprietário do imóvel ou a seu representante legal para tal prática e compete à Administração Regional suspendê-la a qualquer momento desde que haja interesse público sem que o proprietário tenha direito a qualquer tipo de indenização.

De acordo com a legislação peculiar os proprietários são obrigados a assegurar uma área de quatro metros de largura que será destinada ao acesso público, podendo assim ser utilizada para atividades relacionadas ao lazer. Contudo, estes infringem as normas e cercam além do limite permitido atingindo a margem do Lago Paranoá degradando assim a vegetação natural e causando graves impactos sobre a flora e a fauna nativa.

Os equipamentos instalados no espaço público tais como aparelhamento relacionado à atividade náutica, guarda-sóis, quiosques, jardins e similares, adjacente à propriedade deverão ser removíveis não sendo permitido construções permanentes. Construções como píeres, rampas para embarcações, muro de arrimo e similares, deverão obedecer às normas competentes sendo consideradas permanentes e incorporadas automaticamente ao patrimônio público.

Infelizmente as irregularidades na ocupação do solo não se restringem somente às construções irregulares e as invasões de áreas públicas, estando também envolvidos outros fatores. Há, também, captação de água com bombas destinadas à irrigação de áreas verdes, lançamento de esgotos no lago, posto de combustível sem licenciamento ambiental e aterramentos ilegais.¹⁷

¹⁷ Jornal de Brasília, Caderno Cidades, p. 10, 25/07/2003. Vide anexo nº 21.

Atualmente tal pratica acarreta em punições como notificação em que o proprietário fica obrigado a apresentar um posterior plano de recuperação de áreas degradadas (Prad) em no máximo 30 dias, processos na justiça por crime ambiental e até prisão no caso de flagrante, contudo a necessidade real é de uma fiscalização preventiva e eficaz e que faça cumprir a legislação existente.

Vale destacar que as áreas destinadas à utilização do público para lazer e recreação devem ser identificadas e protegidas bem como realizada também a infraestrutura adequada evitando-se a ocupação indevida. Resgatando-se assim a vocação original do Lago no que diz respeito a sua escala bucólica aprimorando os benefícios do turismo de lazer em Brasília e o Projeto Orla.

7. RESULTADO DAS ENTREVISTAS EXECUTADAS:

- Na Caesb a pesquisadora entrevistou o coordenador de marketing da empresa, que relatou que o Lago Paranoá há alguns anos atrás se encontrava em uma situação lastimável, extremamente poluído e em processo de eutrofização, devido à grande quantidade de lixo que existia no seu leito, mas que hoje esta situação foi revertida, afirmando que “o lago hoje está liberado para o banho e atividades voltadas à prática de esportes náuticos”. O mesmo relatou que no ano de 1998, foi realizada uma grande operação de limpeza do lago, envolvendo o governo da época, Ong’s, algumas instituições públicas como a Caesb e a população local, na qual foi retirada mais de 200 toneladas de lixo e assegurou que essa operação seria repetida neste ano – 2003 e estaria sob o comando do Comitê da Bacia do Paranoá, porém a autora constatou que tal fato não aconteceu. Ao ser indagado sobre a Estação de Tratamento de Esgoto da Caesb que se encontra nas proximidades da Faculdade Euro-Americana o mesmo relatou que a Caesb adota todas as providências cabíveis procurando minimizar ao máximo os transtornos na área e que o único desconforto para quem mora e/ou transita no local é o mau cheiro e que tem a consciência de que tal fato é prejudicial ao turismo. A pesquisadora perguntou se a Caesb não poderia adotar algum tipo de providência para minimizar esta situação e o entrevistado relatou que isso não poderia ser feito não dando maiores explicações. Também foi perguntado se existe algum perigo da estação estar poluindo o solo das proximidades e a água do lago e o entrevistado negou tal fato afirmando que a Caesb adota todos os procedimentos de segurança, utilizando equipamentos de última geração e funcionários qualificados dentro da Estação.

- De acordo com entrevista também realizada no departamento de fiscalização da TERRACAP com o supervisor do SEVIC - Serviço de Vigilância e Controle, dentre todos os 11 pólos do Projeto Orla somente o Pólo 11 – Pontão do Lago Sul é que está em estágio mais avançado das obras, infra-estrutura e conseqüentemente de funcionamento. No mesmo pólo já foram implantadas algumas lojas de esportes náuticos, aluguel de lanchas, restaurantes, bares e já estão sendo realizadas algumas feiras como a Feira do Sol e da Lua por exemplo. O mesmo relatou que neste ano – 2003 o Governo do Distrito Federal priorizou a reforma da Concha Acústica e dos quiosques do Pólo 3 e que atualmente já se encontram em condições de funcionamento, porém, aguarda-se licitação que será realizada pela própria TERRACAP. A entrevistadora indagou que existem áreas públicas na orla do lago destinadas ao lazer público que estão sendo invadidas por moradores locais e se a TERRACAP estaria tomando alguma providência em relação a este acontecimento. O entrevistado afirmou que a TERRACAP não tem responsabilidade alguma sobre este fato e que compete às Administrações Regionais dos Lagos Sul e Norte, à Semarh e ao Ibama fiscalizar e adotar medidas que previnam e combatam estes crimes ambientais.

8. CONCLUSÃO:

Não há dúvida de que o Lago Paranoá é a melhor opção de entretenimento de Brasília. Criado por Lúcio Costa para este fim, hoje se tornou com a reformulação do Projeto Orla o maior sonho de se conseguir impulsionar o setor turístico da Capital Federal, pois através de tal projeto Brasília pode mostrar para o resto do país e para o mundo que não é somente um Centro Administrativo, uma cidade que prepondera através dos turismos de negócios, de viagens e de eventos e que não apresenta opções de lazer que atraiam estes turistas e sim estimule a permanência dos mesmos na cidade contribuindo com o aumento da demanda turística. Simultaneamente a cidade poderá atender a sua população em um quesito primordial que é a questão do emprego e da renda e assumir uma função de destaque no cenário nacional e internacional do turismo de lazer.

O Projeto Orla não visa somente o turista mas também a população local que poderá se integrar ao lago e à sua orla, porém, o seu sucesso encontra-se ameaçado. Quando formulado por Lúcio Costa, as áreas ao redor do lago tinham como objetivo a destinação ao lazer, contudo o que se vê hoje é a absoluta falta de planejamento urbano nesta região, o surgimento nos últimos anos de inúmeros condomínios e invasões de terras realizadas por proprietários de terrenos particulares que querem ver as suas mansões cada vez maiores e não medem esforços para invadirem área pública, assim a pressão no seu meio ambiente está tendo como grave consequência o assoreamento que é irreversível e a poluição.

A construção dos 11 pólos do Projeto Orla ainda caminha a “passos lentos” e esta é uma questão que não depende somente do GDF mais principalmente da iniciativa privada, pois é da onde sairão os recursos necessários para deslanchar o projeto, e também dos acordos que serão realizados entre as partes e das licitações.

No Pólo 3 – Complexo Brasília Palace os hotéis Blue Three Alvorada e o Lake Side já estão construídos e funcionando normalmente, o Museu de Arte Moderna está necessitando de reformas, a Concha Acústica e os quiosques próximos estão reformados, porém, a área adjacente ao seu estacionamento necessita de reparos e de infra-estrutura adequada como a limpeza do terreno por exemplo.

O Pólo 11 – Pontão do Lago Sul é o que está mais adiantado, apresentando infra-estrutura adequada, restaurantes e bares, pequeno comércio, feiras e atracadouro para barcos. A “Prainha” muito freqüentada pela população humilde também se encontra com infra-estrutura adequada e o Shopping Píer 21 está em amplo funcionamento. O Pólo 6 – Complexo Beira-Mar, que tinha a previsão de efetivar a sua construção após a edificação da Ponte Jk, ainda aguarda por ações concretas.

Percebe-se que atualmente não existe vontade política que vise a total execução do Projeto Orla, mesmo com os excelentes benefícios que o projeto acarretará a Brasília e que infelizmente a prioridade do GDF continua sendo a construção de obras mirabolantes, deixando assim o turismo da cidade a segundo ou quem sabe a terceiro plano.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Beni, M. *Análise Estrutural do Turismo*. 2. ed. São Paulo, Senac, 1998.

Brasília: Brasil está aqui. Brasília: Embratur, 2000. CD-ROM.

Cavalcante, C. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 3. ed. Recife, Cortez, 2001.

Fonseca, Aline. Grupo quer acelerar criação do Comitê Gestor do Lago. *Jornal de Brasília*. Brasília, 14/05/03, Cidades, Notícias, pág. 12.

Fonseca, Aline. Obra toma espaço do Paranoá. *Jornal de Brasília*. Brasília, 09/04/03, Cidades, Notícias, pág. 03.

Fonseca, F. *Olhares sobre o Lago Paranoá*. 1. ed. Brasília, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.

Gestão Ambiental e Meio Ambiente no DF. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF, 2000. CD-ROM.

Pellegrinni, A. *Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo*. São Paulo, Malone, 2000.

Plano Estratégico de Turismo - Políticas, Estratégias e Programas. Brasília, SETUR – GDF, 1999 – 2002.

Revista Projeto Orla, Brasília XXI. Brasília, GDF, 1995.

Rodrigues, A. *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

Sites da Internet – <http://www.semarh.df.gov.br/>> acesso em 18 set 2003 e 08 out 2003; <http://www.setur.df.gov.br/>> acesso em 19 ago 2003 e <http://www.so.df.gov.br/>> acesso em 10 set 2003 e 15 set 2003.

Swarbrooke, J. *Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental*. 2. ed. São Paulo, Aleph, 2000.

Vegetação do Distrito Federal - Tempo e Espaço. 2. ed. Brasília, UNESCO, 2002.

Vieira, Marcio. Projeto Orla terá Pólo Gastronômico. *Jornal de Brasília*. Brasília, 28/05/03, Cidades, Notícias, pág. 10.

10. ANEXOS:

- **Anexo A:** Fotos registradas na orla do Lago Paranoá em dezembro de 2003 (n° 1 ao n° 5).
- **Anexo B:** Mapas relacionados ao Lago Paranoá e ao Projeto Orla (n° 6 ao n° 8).
- **Anexo C:** Reportagens de jornais locais sobre o Projeto Orla (n° 9 ao n° 13).
- **Anexo D:** Reportagens de jornais locais sobre o lazer aquático no Lago Paranoá (n° 14 ao n° 18).
- **Anexo E:** Reportagens de jornais locais sobre as obras no Lago Paranoá e Meio Ambiente (n° 19 ao n° 27).

Lagoa do Jaburu – Proximidades



Blue Three Alvorada



Concha Acústica



Lake Side – Vista a partir das proximidades da Concha Acústica



Lake Side



Ponte JK



Portão Estilo Romano do Pólo 11 - Pontão Sul



Surf Bar – Pontão Sul

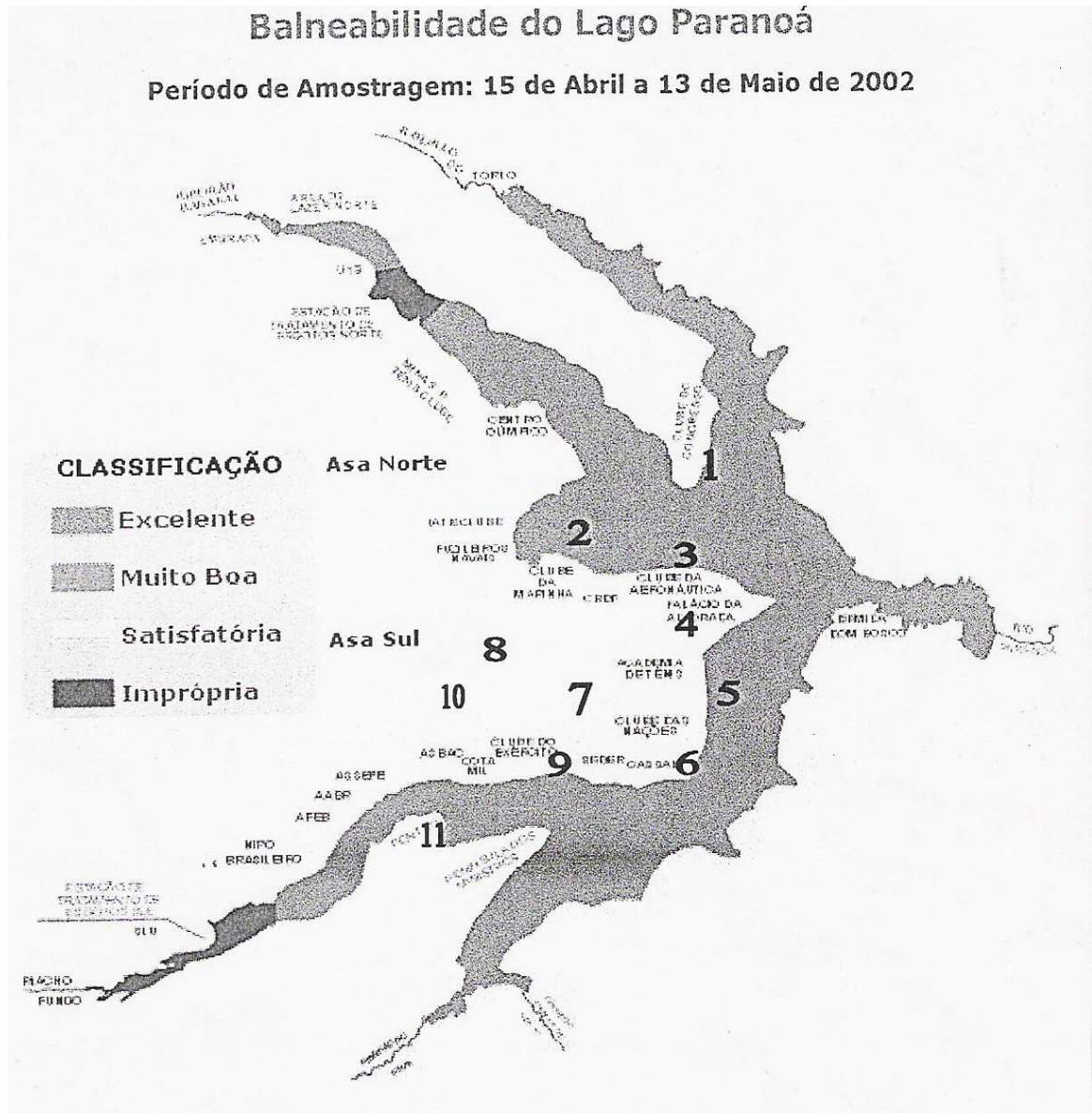


Prainha – Visão a partir do interior do Pontão Sul



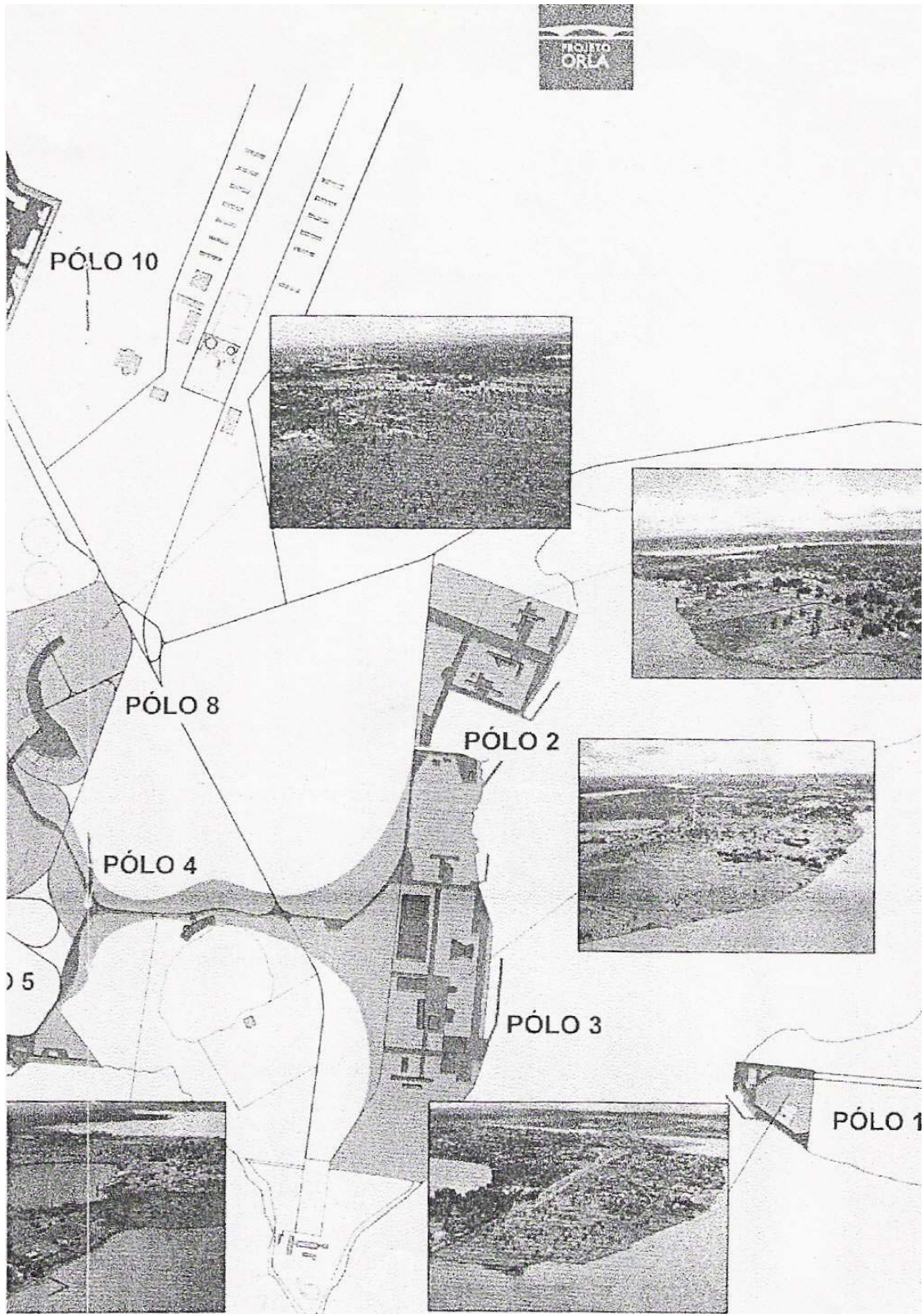
Pier 21 – Visão a partir do estacionamento localizado atrás do shopping

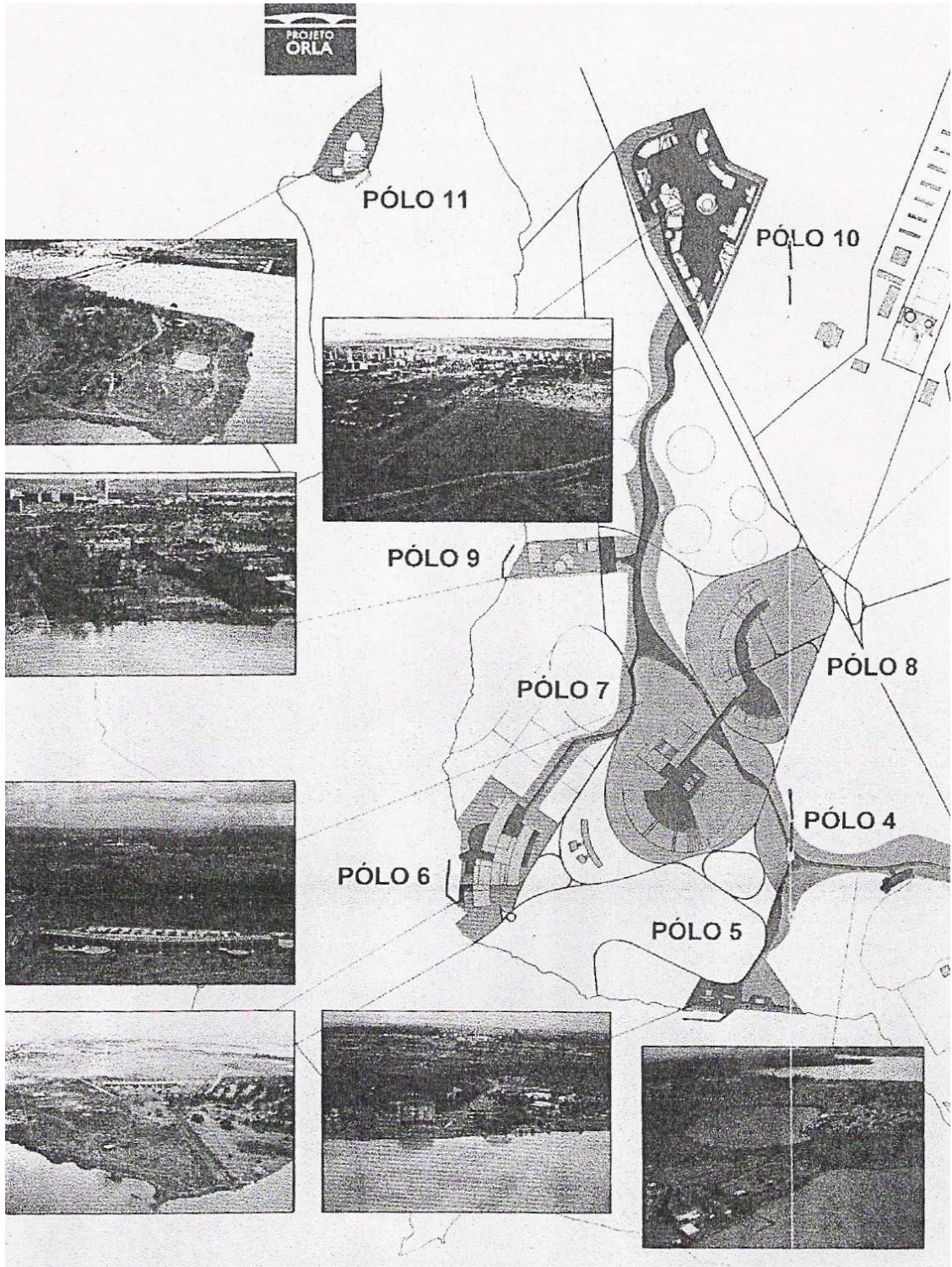




Por medida de segurança, as áreas próximas aos lançamentos dos afluentes das Estação de Tratamento de Esgotos-ETEs são permanentemente impróprias (Resolução nº 020 CONAMA, 1986 - Art. 26 letra d, incisos 3 e 4. CAESB / SPHI / DRSA)

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| 1. PÓLO – PONTÃO LAGO NORTE | 2. PÓLO – COMPLEXO DA ENSEADA |
| 3. PÓLO – COMPLEXO BRASÍLIA PÁLACE | 4. PÓLO – PARQUE DO CERRADO |
| 5. PÓLO – MARINA DO PARANOÁ | 6. PÓLO – CENTRO LAZER BEIRA-LAGO |
| 7. PÓLO – PARQUE TECNOLÓGICO | 8. PÓLO – CENTRO INTERNACIONAL |
| 9. PÓLO – PARQUE AQUÁTICO | 10. PÓLO – PRAÇA DAS NAÇÕES |
| 11. PÓLO – PONTÃO DO LAGO SUL | |





DATA: 10/07/2003

VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA

CADERNO: CIDADES

PÁGINA: 07

Projeto Orla reformado

A concha acústica e o pólo três do Projeto Orla estão sendo reformados e devem ser entregues à população ainda este mês, num investimento de R\$ 1 milhão. As obras estão em ritmo acelerado e deve ser aberta licitação para a exploração dos dois espaços. A concha acústica tem capacidade para duas mil pessoas e o pólo três vai comportar uma série de bares e restaurantes, conforme o projeto inicial, que tinha sido abandonado.

Outra obra de recuperação a ser entregue nos próximos dias é a fonte luminosa da Torre de Televisão. Ainda este mês será aberta licitação para a recuperação das fontes loca-

lizadas na Praça do Buriti.

As obras maiores que estão sendo tocadas vão demorar mais: o Centro de Convenções deve ser entregue ainda este ano e a Biblioteca Nacional, na Esplanada dos Ministérios, só ficará pronta em 36 meses. Outra obra grande, que já teve iniciada a fase de topografia e terraplanagem, é o viaduto da Rodoferroviária, que deve desafogar o trânsito entre o Eixo Monumental e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA).

Ainda neste mês de julho será licitada a construção do Museu Nacional projetado por Oscar Niemeyer, obra prevista para 36 meses.

DATA: 27/09/2003
 VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA
 CADEIRNO: CIDADES
 PÁGINA: 04

PROJETO ORLA

Reforma da Concha Acústica fica pronta

A revitalização do Projeto Orla ganhou, ontem, mais duas obras de lazer e cultura. O governador Joaquim Roriz entregou a reforma completa da Concha Acústica e dos quiosques do Pólo 3 do projeto, às margens do Lago Paranoá. A revitalização, explicou Roriz, é uma das ações para consolidar a vocação turística do Distrito Federal e ampliar o lazer para a sua população.

"O Projeto Orla reaproxima a cidade do Lago. Além de devolver o Lago à população, permitindo melhor uso e o acesso a todos, criando um espaço atrativo também para o turista", ressaltou o governador, que participou da solenidade acompanhado dos secretários David de Matos (Infra-Estrutura e Obras), Pedro Bório (Cultura) e Genésio Tolentino (Agência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano).

O governo viu no Projeto Orla e na urbanização do Lago Paranoá, cartão-postal da cidade, a grande cartada para oferecer mais lazer e cultura aos brasilienses. Ao redor, já existem bares, restaurantes, casas de shows, marinas, centros comerciais e hotéis.

Para resgatar a Concha Acústica, de acordo com o secretário David de Matos, foram executados vários serviços, como a recuperação de camarins, sanitários, bilheteria e cabina de som, além da recuperação completa de toda a rede elétrica e hidráulica. Os trabalhos de limpeza do piso e pintura dos bancos foram realizados pela Novacap. O custo da obra foi de R\$ 230 mil.

Durante a solenidade, índios das tribos Xavante e Karajá fizeram apresentação de canto e dança ritual, dentro do projeto Rito de Passagem, do Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas.

A Concha Acústica de Brasília é um anfiteatro destinado a realizações e apresentações teatrais, shows e espetáculos ao ar livre, de viva voz, sem necessidade de ampliação eletrônica de som. O anfiteatro tem capacidade para abrigar seis mil pessoas sentadas, numa área construída de 8.435 metros quadrados. O palco, em nível inferior, é dotado de concha acústica com 42 metros de comprimento e 5 metros de altura.

Concha Acústica reabre em agosto

Espaço que já sediou espetáculos de grandes nomes da MPB, estava completamente depredado desde 2002

A Secretária de Infra-estrutura e Obras promete para o início do próximo mês a reabertura da Concha Acústica de Brasília. Projeto para ser uma área de cultura, lazer e turismo, o local está fechado para reformas desde 2002. O espaço, que fica na Orla do Lago Paranoá, estava depredada, sem condições de sediar qualquer tipo de evento, mas já se encontra na fase final da restauração.

As pichações estão sendo retiradas, os bancos voltam a ficar de pé e as janelas recebem de volta as vidraças, deitando a Concha Acústica novamente em folha. Mas deu trabalho. "Tivemos que transformar tudo: a bilheteria, a casa de som, os banheiros. Até as gomas pastilhas de azulejo que foram arrancadas", conta um dos operários que traba-

Além disso, toda a rede elétrica e de esgoto teve de ser trocada.

Para César Gonçalves, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindobar), a população de Brasília precisa de espaços como esses porque está carente de eventos populares. "As pessoas não saem mais de casa. Além de serem poucas as atividades culturais da cidade, as opções que existem atualmente são muito caras", explica.

Segundo ele, as atividades culturais estão intimamente ligadas ao desenvolvimento dos setores ligados ao turismo. "Tanto os visitantes quanto os residentes querem ter o que fazer. Uma cidade que se desenvolve em torno de uma boa agenda cultural atrai as pessoas para a rua, favorecen-

dois, bares, restaurantes, cinemas e teatros", completa.

Para César, a Concha Acústica era, entre as opções culturais populares, a melhor da cidade. Na opinião dele, o problema de Brasília é a curta temporada dos espetáculos que desembarcam na cidade, que combram igresses caros devido, entre outros fatores, ao alto custo das instalações. "Uma peça que fica em cartaz no Rio de Janeiro durante dois meses quando vem a Brasília se apresenta apenas em um final de semana. É lógico que fica mais caro. Por isso, o preço do espetáculo aqui chega a R\$ 100, enquanto lá, em alguns casos, não ultrapassa os R\$ 100", explica.

Com Concha Acústica, as companhias artísticas ou bandas musicais não precisam pagar os altos preços dos tea-

DATA: 28/07/2003
 VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA
 CADERNO: CIDADES
 PÁGINA: 04

De Djavan a Roberto Carlos

A Concha Acústica é parte do Projeto Orla, que transforma as margens do Lago Paranoá em um complexo de lazer, cultura e turismo, com quiosques de alimentação, estacionamento e uma agenda bem cheia de atrações.

Trata-se de um teatro a céu aberto, que foi palco de muitos eventos culturais, como espetáculos, exposições e festas. Segundo Clayton Aguiar, administrador de Brasília, muitos artistas de expressão nacional já passaram

por lá. "Lembro do Caetano Veloso, Djavan e Roberto Carlos, além de uma edição do Concurso Miss Brasil, na década de 70", conta. Em 1996, a banda brasiliense Nativus fez um grande show de lançamento do seu primeiro CD na Concha Acústica. Em 1999, o festival de música Porão do Rock também foi realizado no espaço.

Rodrigo Rollemberg, que em 1995 era deputado distrital pelo PSB, conta que, na época, apresentou na Câmara

Legislativa uma proposta de emenda ao orçamento do GDF destinando recursos para a recuperação da Concha, que, àquela altura, já não tinha condições de uso. Em 1996, quando foi secretário de Turismo, a Concha foi reaberta, com a retomada do Projeto Orla, depois de uma restauração. "Era uma das melhores opções de entretenimento em Brasília. É uma pena que tenha sido fechada de novo. Tomara que seja uma reforma rápida", diz ele, otimista.

Projeto Orla terá pólo gastronômico

Área abrigará até 20 restaurantes, mercado de flores e uma capela flutuante

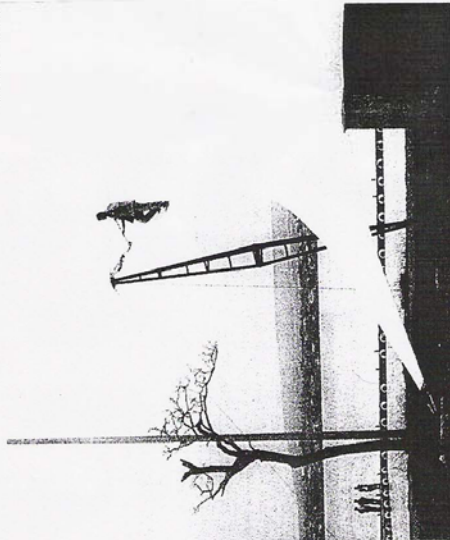
DAMI ZOCOLI - ZF/RS/03

MARCIO VIEIRA

Brasília receberá até o fim do próximo ano um pólo gastronômico no Projeto Orla. Com um investimento de R\$ 5 milhões, o pólo será construído em uma área de 14 mil metros quadrados entre a Concha Acústica e o Quality Lake Side Hotel. O projeto irá criar mil empregos diretos e cerca de 3 mil indiretos.

Segundo um dos empresários que integra o grupo de responsáveis pelo projeto, Marco Aurélio Costa, sócio do restaurante Piantella, o pólo terá entre 15 e 20 restaurantes, mercado de flores e de peixes, boate, pier e capela flutuante, entre outros atrativos. O pólo será batizado de Pólo do Lago.

"Há cinco anos estamos com esse projeto, mas somente agora ele deslançou", explica Marco Aurélio, destacando que o investimento está sendo feito por um pool de empresários, entre eles, Antônio Carlos de Almeida Castro, outro sócio do Piantella, Jorge Ferreira, proprietário do Petisco Mineiro, Ricardo Mamede, distribuidor da Antarctica, e o construtor Ronaldo Calabi.



Numa área de 14 mil metros quadrados do Projeto Orla serão construídos restaurantes e outros empreendimentos de lazer, segundo Marco Aurélio

meira, uma microcervejaria, destinada à fabricação e venda do produto, capela flutuante para a realização de casamentos e uma escola de gastronomia e de formação de *sommeliers*, que receberá o nome de Empório Piantella.

"Vamos trazer chefs e *sommeliers* de todo o País para dar aulas", explica Marco Aurélio, um dos responsáveis pelo futuro empreendimento. Além disso, a casa funcionará como uma rotisseria (casa de

vepida de carnes de corte, doces) e pâtisserie (confeitarias francesas, onde também são vendidos produtos selgados). E venderemos vinhos de nos-

De acordo com o empresário, os donos de restaurantes do eixo Rio e São Paulo somente serão convidados depois que o projeto tomar forma. "Temos que apresentar um projeto mais adiantado para os investidores estrangeiros", finaliza.

Lazer aquático é moda no DF

CRESCER, A CADA FIM DE SEMANA, O MOVIMENTO DE LANCHAS, VELEIROS E OUTROS TIPOS DE BARCOS NO PARANOÁ

Marina Junqueira

O mais novo *point* da cidade é a barragem do Lago Paranoá, onde mais de 30 lanchas se reúnem, só na barragem, a cada domingo. Essa alternativa de diversão para o brasiliense começou com a limpeza do Lago, e tem se intensificado cada vez mais.

Todos os finais de semana, quem passa perto do Lago pode observar o grande movimento de embarcações, lanchas e veleiros. Mas quem são esses brasilienses? Os compradores de lanchas em Brasília são de classe média alta, investem no lazer e, por isso mesmo, não perdem um final de semana nos barcos. Na maioria entre 20 e 30 anos, esse público passa o dia todo no Lago.

Com esse movimento, outras modas apareceram, os restaurantes que possuem marina saíram na frente. O Retiro do Pescador e o restaurante do Hotel Blue Tree são grandes opções.

Mas um dos mais movimentados é o Sushi da loja Mormaii, que fica no Pontão. Durante todo o dia, as lanchas disputam um espaço no seu pequeno pier.

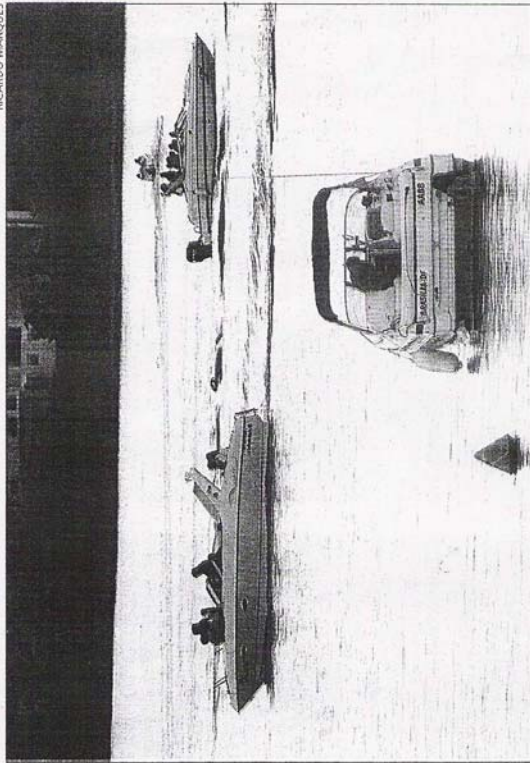
Além da alimentação, os jovens que passam pela loja procuram pranchas de esqui e *wakeboard*, esportes radicais que ganham cada vez mais espaço entre os frequentadores do Lago.

Para o estudante André Mendes, esse tipo de lazer serve para tirar o estresse do dia-a-dia. "Comecei a andar de *wakeboard* e a passear no Lago há pouco tempo, mas já sinto falta quando fico algum final de semana longe", conta ele.

O jet-ski, que começou a ganhar público no início dos anos 90, também continua agradando. O estudante Felipe Moraes guarda o seu no Clube do Congresso. "Venho aqui todo sábado para dar uma voltinha", afirma.

Antes de comprar uma lancha, é preciso obter o *Arrais Amador*, a carteira para se dirigir uma embarcação. Aliás, os bombeiros fazem patrulhas constantes no Lago, e muitas vezes pedem o documento do condutor da lancha.

Para tirar o *arrais*, é necessário já ter carteira normal de motorista, e o custo é de R\$ 150.



RICARDO MARQUES

AS LANCHAS tomam conta da paisagem, e são pilotadas por gente com dinheiro no bolso

Um brinquedinho de R\$ 34 mil

Uma das lanchas mais baratas à venda na cidade hoje é uma Bayliner, que custa R\$ 34 mil, o mesmo que um Fiat Brava ou um Golf. Mas também existem embarcações de luxo. Uma Regal, com dois quartos, custa R\$ 420 mil.

Mas o gasto não pára aí. Para guardar a lancha numa marina da cidade são necessários mais R\$ 180 por mês.

A marina do BBC, Brasília Boat Center, é uma das maiores, e lá ficam guardadas cem embarcações.

Segundo a direção do BBC, o movimento de venda e aluguel de lanchas sempre existiu, mas aumentou cerca de 5% nos últimos meses.

O BBC oferece o serviço de aluguel de embarcações para quem deseja fazer um

passeio. O mais barato custa R\$ 150, com marinheiro e gasolina.

Um jet-ski, do modelo mais simples, custa em média R\$ 3 mil. Uma prancha de *wakeboard* não sai por menos de R\$ 800. E esses esportes ainda exigem outros acessórios como coletes, luvas e no caso do *wake* a cor- da que puxa o esportista.

Data: 18/07/02
Veículo: JORNAL DE BRASÍLIA
Caderno: GRANDE BRASÍLIA
Página: 04

... fim de semana é uma festa no Lago



ESTE amigas que chamavam a atenção na Pretinha

Segundo dados da Capitania dos Portos, Brasília é considerada, proporcionalmente, uma das cidades com o maior número de embarcações do País. Prova disso foi o que aconteceu no domingo, quando alguns privilegiados aproveitaram o dia de calor e sol forte para se divertir nas águas do Lago Paranoá. Por volta das 14h, mais de 20 barcos e lanchas estavam atracados perto da barragem do lago, e o movimento de jet skis e veleiros também era grande em toda a extensão do "mar" de Brasília.

A bordo do potente *Cirri*, de 280 cavalos, o empresário Ciro Faraj, 40 anos, reuniu a família e amigos para um

passeio. Avaliado em US\$ 50 mil, o *Cirri* tem capacidade para dez tripulantes e muito conforto. "Estava em Miami e não resisti a essa maravilha", contou.

O programa do empresário não fica barato. Ciro Faraj gasta, só com combustível, cerca de R\$ 200 por dia de navegação. Isso sem falar nas bebidas e comidas do piquenique.

Atracada bem perto do *Cirri*, a lancha *Pretinha* chamava a atenção pela beleza das sete amigas que curtiam o último domingo de verão. No comando da embarcação, Adriana Mollo, de 20 anos, mostrou o lanche preparado

para o domingo: biscoitos, refrigerante, água, uva, maçã e goiaba. Bebida alcoólica quase nunca está na cesta das meninas, que frequentam o Paranoá todos os finais de semana ensolarados.

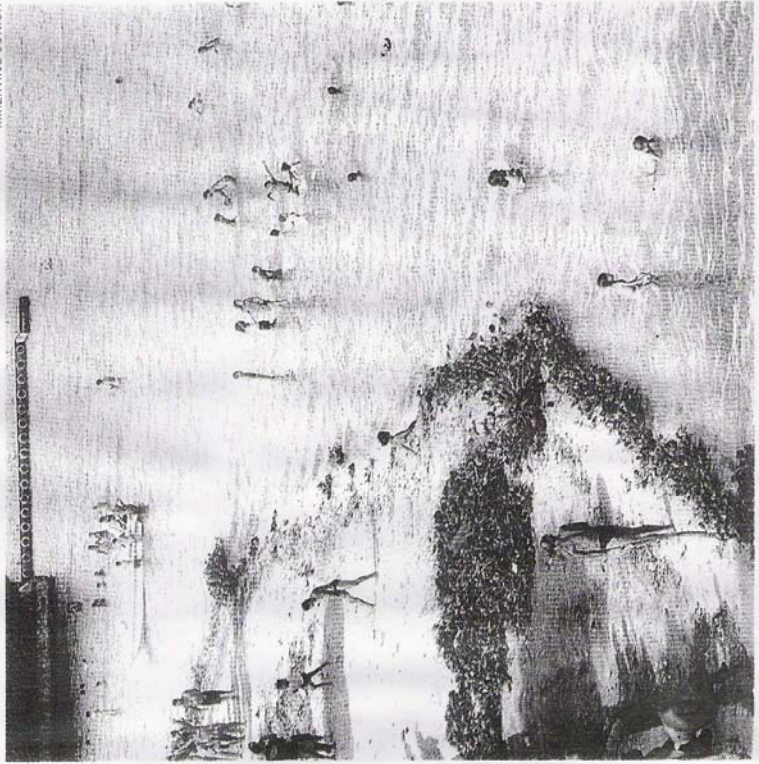
As paqueras, segundo a amiga Manliá Cunha, 18 anos, são quase certas: "A gente vem para se divertir. Mas, se rolar um namorico, melhor ainda". Para Gabriela Rollemberg, filha do deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) e prima de Adriana, não há melhor opção na cidade para curtir os domingos quentes de Brasília. "O lago oferece diversão, alegria, franquiidade e gente bonita", resumiu.

DATA: 01/04/03
VEÍCULO: J. DE BRASÍLIA
CADERNO: CIDA005
PÁGINA: 04

Diversão garantida e de graça

PAIXÃO PELO LAGO

MINERVINO JÚNIOR



No ensolarado domingo de Páscoa, a Prainha foi um dos pontos de lazer preferidos do brasileiro

GUILHERME LOBÃO

O sol que brilhou durante o domingo de Páscoa na cidade arrebanhou bom público para os pontos turísticos na beira do Lago Paranoá. O Pier da Orla, a Ponte JK e o Pontão do Lago Sul foram visitados por vários grupos de pessoas. Mas foi a Prainha, na tangente da Ponte Costa e Silva, o lugar mais frequentado.

As águas do Lago Paranoá garantiram a diversão dos brasileiros que optaram por um dia de lazer de baixo custo, com direito a um banho refrescante. Os primos Leonardo e Rafael foram com a família, mas enquanto os pais descansavam calmamente, eles preferiram radicalizar, saltando de cima da Costa e Silva num arriscado mergulho.

"Os meninos não têm medo. Não! Toda vez eles pulam", conta o pai de Leonardo, Manuel Vicente da Silva, um dos assíduos frequentadores do local. "Eu também já pulei muito", continua Mameel, morador do Riacho Fundo. "Mas hoje a água está muito fria".

Segundo ele, a Prainha é

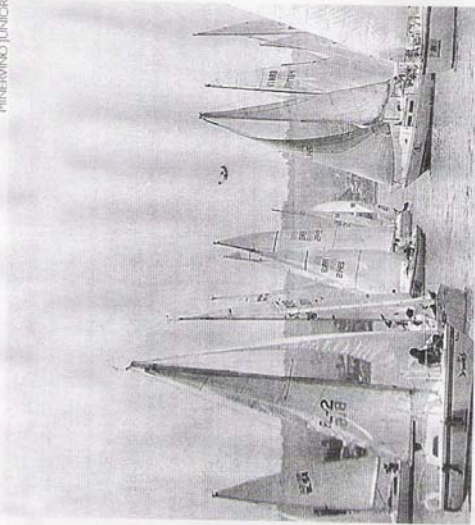
um ponto turístico que reúne moradores de todas as cidades do DF. "Vem gente do Riacho Fundo, do Gama... De todo canto vem gente pra cá", comenta. Tem dia que nem dá pra andar direito.

A baixo custo do passeio (só a gasolina ou a passagem de ônibus) também motivou o motorista Reginaldo Macedo, sua namorada Renata e o amigo Leandro Rocha a passarem o domingo na Prainha. "Para quem não viajou no feriado e não tem condições esse é um lugarzinho muito bom", reflete Reginaldo.

Para o ambulante Fernando Selvino Medeiros, no entanto, o dia ensolarado era visto por outro ângulo: ele festejava as boas vendas e o dinheiro que iria levar para casa. "Quando tem sol, a cervejinha e água de coco saem muito", conta. O mais novo ponto turístico da cidade, a Ponte JK, também rendeu bons passeios. A visão do lago já era suficiente para contentar os namorados Rafael Lobato e Camila Leite. "Aqui não tem mar, mas essa é a nossa praia", sentenciou Camila.

DATA: 19/10/2003
VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA
CAPERNO: ESPORTES
PÁGINA: 06

MINERVINO JUNIOR



A missão das 57 embarcações é permanecer no percurso durante 24 horas

IAATISMO

Um dia sem sair do barco

Sob o sol quente do meio-dia e pouquíssimo vento, a Regata 24 Horas de Brasília teve início ontem no Clube da Aeronáutica. A prova termina hoje, às 13h, já com o horário de verão. A largada contou com 57 embarcações, no Clube da Aeronáutica. Os barcos são da categoria oceano ou cabinados, com tripulação mínima de três pessoas.

A prova não chega a ser uma competição, mas um desafio aos velejadores de plantão. Os barcos não saem do lago durante as 24 horas e nem os tripulantes, que precisam se revezar para cochilar durante esse tempo.

O percurso vai do Clube da Aeronáutica até o Motonáutica. "Com chuva ou pouco vento, os barcos continuam no trajeto, caso contrário, são desclassificados", explicou Eliane Caetano, responsável há 15 anos pela comissão de regata, que também fica 24 horas acordada, fiscalizando a prova. "Nem todas as embarcações conseguem terminar. É uma regata que exige muita técnica e paciência", contou Eliane. A premiação dos vencedores será realizada na próxima quinta-feira. "Depois de 24 horas em um barco, quem é que aguenta uma comemoração?", brincou Eliane.

Por um Lago Paranoá mais democrático

O Lago Paranoá é um patrimônio dos brasilienses. Tem importância ambiental, influi no microclima das proximidades e representa marco urbanístico ímpar, pois foi criado artificialmente para quebrar a aridez real e estética da capital erguida em meio ao cerrado.

Falta a esse patrimônio tornar-se mais presente na vida da comunidade, transformando-se num grande foco de atração para ativi-

dades de entretenimento, a exemplo de outras cidades banhadas por lagos, rios ou mares - como Chicago, Barcelona, Lisboa e Rio de Janeiro.

Até hoje, o Paranoá só é fonte de lazer para uma parcela limitada da população, dividida entre frequentadores dos clubes da orla, moradores de terrenos à beira do Lago e pessoas que usufruem de embarcações - três perfis delimitados por condições de renda privilegiadas.

Dai a importância do estudo anunciado pelo governo do Distrito Federal para identificar e promover formas de aproveitamento da orla que popularizem o acesso a ela. Trata-se de medida que não deve ser desprezada pela sociedade, que, segundo o próprio governo, terá a oportunidade de discutir as conclusões do estudo em andamento.

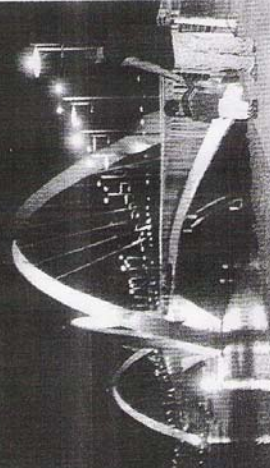
Espera-se que a iniciativa não tenha o mesmo destino do Projeto

Orla, ambicioso plano que previa a construção de complexos de lazer em parte das terras ociosas nas cercanias da margem oeste do Paranoá. É desejável que o estudo, uma vez concluído e aperfeiçoado pelo debate com a sociedade, saia logo do papel. Assim, além de enriquecer a qualidade de vida dos brasilienses, poderá enriquecer também nossa economia, com a criação de oportunidades de negócios.

Data: 22/04/2003
Veículo: Jornal de Brasília
Caderno: Cidades
Página: 08

DAVI ZOCOLINI/12.2002

Todos os anos, a Sociedade dos Engenheiros da Pensilvânia premia os responsáveis por uma ponte que tenha se destacado pela sua originalidade e funcionalidade. Desta vez, a escolhida foi a Ponte JK



OBRA

Roriz recebe prêmio pela Ponte

JOÃO PITELLA JÚNIOR

No próximo dia 9, o governador Joaquim Roriz vai receber em Pittsburgh, no Estado da Pensilvânia (Estados Unidos), um prêmio pela construção da Ponte JK, inaugurada em 2002. Ele aproveitará a viagem para pedir ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Mundial, em Washington, recursos para investimentos nas áreas de infraestrutura, saneamento urbano e transportes do Distrito Federal.

A Ponte JK foi considerada o destaque do ano na área de pontes, em todo o mundo, pela Sociedade dos Engenheiros do Oeste da Pensilvânia.

Além da placa comemorativa que será entregue a Roriz, a Sociedade dos Engenheiros vai dar a medalha Gustavo Lindental ao arquiteto Alexandre Chan, responsável pela obra.

Junto com Roriz, estarão os secretários Tadeu Flippelli (Agência de Infra-Estrutura), David de Matos (Obras) e José Geraldo Maciel (Transportes).

O BID já está financiando as obras de asfaltamento e saneamento urbano nos assentamentos de baixa renda do Distrito Federal.

A ideia do governo é apresentar novos projetos para garantir que, nos próximos quatro anos, todas as cidades do DF tenham a sua infraestrutura urbana concluída.

Segundo fontes do governo, há uma expectativa de obter sucesso nos pedidos de novos financiamentos, pois o GDF vem cumprindo as suas obrigações com o BID.

No seu mandato passado, Roriz viajou à Venezuela (em 2001) e à China (em 2002) para participar de seminários sobre projetos habitacionais, e fez exposições sobre resultados do programa de assentamentos populacionais.

Ele falou, especialmente, sobre a experiência na fixação dos moradores de Samambaia. Em 2001, Roriz também foi a Nova York, onde recebeu um prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo programa de assentamentos.

Obra toma espaço do Paranoá

Aterro irregular no Setor de Mansões avança sobre as águas do lago e lote incorpora área de 50 metros quadrados

Uma obra de aterro avança sobre o espelho d'água do Lago Norte, cobrindo, em menos de um mês, área superior a 50 metros quadrados, no Setor de Mansões do Lago Norte, quadra 11, conjunto 1, lote 14. O lote tem área de 5.625 metros quadrados. A construção da marina, que servirá apenas aos atuaiscessionários do lote, teve vários regulamentos ambientais e não foi licenciada por nenhuma autoridade distrital ou federal, como Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Administração do Lago Norte, Ibama ou Ministério da Marinha, segundo apurou o **Jornal de Brasília**.

"Não é novidade que vários proprietários de mansões do Lago Norte, para aumentar o terreno, recorrem a artifícios como o aterro das margens", afirma Antônio de Pádua, chefe de fiscalização da Administração Regional.

Segundo ele, os casos são muitos, mas, ainda assim, a Administração não tem controle sobre o número de áreas irregulares nem mantém uma fiscalização intensiva para

impedir o avanço das construções.

Raul Fernandes, advogado dos proprietários, João Luis Echternacht e Henry Peres Ferreira Lopes, que se recusaram a falar, alegou ter recebido a autorização do Ibama e da Marinha para a obra. No entanto, disse não ter nenhum documento por escrito que comprovasse.

De acordo com fontes da Delegacia Fluvial de Brasília, a Marinha não tem competência para liberar nem embarcar esse tipo de construção, visto que o Lago Paranoá pertence ao Governo do Distrito Federal e não é de responsabilidade da Marinha.

Nos arquivos do Ibama não consta, também, qualquer autorização em nome dos proprietários, segundo informa Manuel Araújo, analista ambiental do órgão.

Os órgãos que poderiam autorizar a obra - a Administração Regional do Lago Norte e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - informam que em nenhum momento foram procurados pelos responsáveis pela obra ou pelos donos do lote.



Primeira parte da obra está concluída. Dono não tem autorização da Administração Regional nem da Secretaria de Meio Ambiente

DAVI ZOCCHI

DATA: 25/10/03
VEÍCULO: J. DE BRASÍLIA
CAPDERNO: CIOADES
PÁGINA: 10

TERRAS PÚBLICAS

Onda de invasões chega ao Lago Sul

A prática da invasão de terras públicas no DF está deixando de ser exclusividade das regiões de baixa renda, e já chega aos pontos de maior valorização imobiliária.

Na QL 26 do Lago Sul, uma área de 134 metros de extensão por 20 metros de largura, dentro do Parque Ecológico das Copalbas, foi cercada pela moradora Ivonilde Morrone, do conjunto 8, segundo denúncia da Comissão de Parques Ecológicos (Comparques).

O terreno que os moradores podem ocupar é de 40 metros por 20, num total de 800 metros quadrados – e não de 174 (os 40 normais somados aos 134 irregulares) metros por 20, o que resulta em 3.480 metros quadrados, ou mais de quatro vezes a área original.

O coordenador da Comparques, Enio Dutra, que está trabalhando na normatização dos critérios de preservação do Parque das Copalbas, convidou a moradora para uma reunião hoje, às 16h.

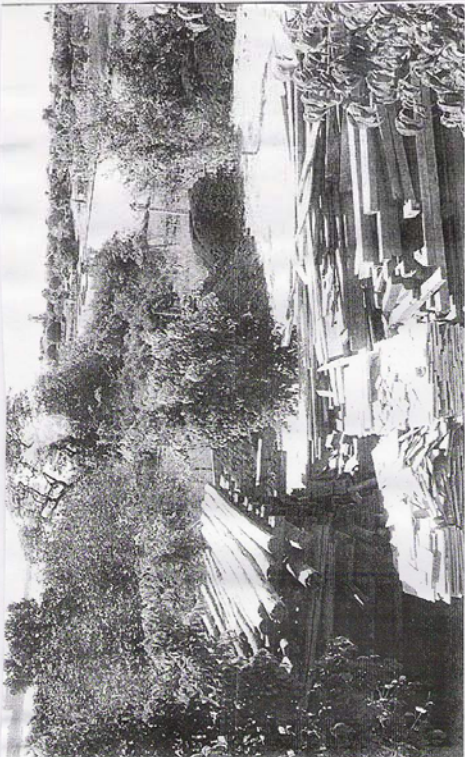
Ele adiantou que dará um prazo de três dias para que a moradora retire a cerca irregular, "antes que mais prejuízos ao meio ambiente sejam cometidos".

Enio Dutra disse que outros moradores também tentaram invadir o local, mas cederam e desistiram depois de algumas reuniões.

A reportagem do JBR esteve na residência de Ivonilde Morrone, mas a empregada disse que ela não estava, e deu um número de telefone para contato. Todas as tentativas de falar com ela ao longo do dia foram em vão. O telefone estava sempre com sinal de ocupado.

Segundo o coordenador da Comparques, o maior problema da invasão de áreas públicas é a degradação ambiental.

"Alguns proprietários colocaram cercas além do limite permitido, para chegar à margem do Paranoá, e com isso degradaram a vegetação nativa", disse ele. O parque fica entre as QLS 26 e 28, numa área de 76 hectares.



Dentro do terreno invadido na QL 26, entulhos de obras são a prova do uso indevido da área

Risco ambiental no Paranoá

Desde maio, cerca de 50 moradores e proprietários de casas e lotes às margens do Paranoá (Lagos Sul e Norte) foram notificados por fiscais de controle ambiental, por causa de irregularidades na ocupação do solo.

Em vistorias aéreas, terrestres e lacustres, os fiscais conseguiram flagrar a construção de moradias, ancoradouros, churrasqueiras, canis e garagens de barcos dentro

da área de preservação permanente do Lago Paranoá (faixa de 30 metros a partir da margem).

Há também captação de água com bombas destinadas à irrigação de áreas verdes; lançamento de esgotos no Lago; posto de combustível sem licenciamento ambiental e aterramentos ilegais. O secretário do Meio Ambiente, Jorge Pinheiro, diz que o Paranoá está sendo desrespeitado.

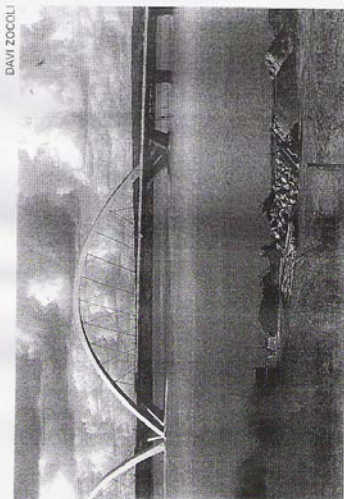
"Os moradores que forem notificados deverão apresentar um plano de recuperação de áreas degradadas (Prad) em no máximo 30 dias", informa. Quem não cumprir essa determinação, segundo ele, será multado.

O coordenador da Comparques, Enio Dutra, alerta que a bacia do Paranoá tem um equilíbrio ambiental "bastante delicado", e por isso é necessário preservá-la.

DATA: 04/06/2003
VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA
CAPERNO: CIORDES
PÁGINA: 16

LAGO SUL

Denúncias impedem degradação



DAVI ZOCOLI

O aterramento e outras obras irregulares irritaram os vizinhos

MEMÓRIA

Nem os conhecidos danos ambientais nem a fiscalização parecem deter obras irregulares. Em abril, a Semarh, a Marinha, o Ibama e a Administração do Lago Norte interditaram uma obra na Quadra 11 do Setor de Mansões do Lago Norte. Lá, um aterro já havia consumido 50 metros quadrados do espelho d'água. No domingo, mergulhadores dos bombeiros removeram mais de uma tonelada de lixo do fundo do lago. Em 44 anos de existência, o Paranoá perdeu área equivalente a 213 campos de futebol.

Ao lado da Ponte JK, na QL 24, uma mancha de terra vermelha contrasta com o verde da vizinhança. Entre as chácaras da QL 28, outra mancha, muito maior, já havia dizimado a mata original. As obras não resultaram da atitude de dois proprietários em construir a revelar das leis ambientais. Esbararam, no entanto, na derrocada de vizinhos indispostos a deixar o Lago Sul no abandono.

Quando a operação conjunta entre Administração Regional, Comissão de Parques (Comparques) e Delegacia do Meio Ambiente (Dema) chegou aos terrenos, na segunda-feira, os tratores já haviam derrubado a mata original. Na QL 24, um muro de arrimo, para aterramento futuro, e uma rampa de alvenaria, já prontos, agravavam os danos ambientais.

Incentivados pela chegada da semana do meio ambiente

ou pela consciência ecológica, moradores levaram a denúncia à Administração Regional no fim de semana. Segundo Ênio Dutra, coordenador da Comparques, a iniciativa chegou a tempo de evitar danos irreversíveis ao meio ambiente. "Mas só a pericia vai revelar o grau da degradação", afirma o coordenador.

Há um mês, o dono do lote 20, no Conjunto 9 da QL 24, promove a derrubada de árvores do cerrado e movimentação de terra para construção da casa. Na época, o fato foi denunciado, mas nada foi feito para impedir o progresso da obra. Preso em flagrante durante a operação, pode pegar de 2 a 5 anos de prisão por crime ambiental.

Próximo dali, Carlos Alberto de Carli escapou da prisão por estar viajando, mas também responderá por crime ambiental. Ele promoveu a derrubada de 3,3 metros qua-

drados de cerrado para construir um estacionamento nas chácaras 20 e 22 da QL 28. Segundo Ênio Dutra, as obras no terreno faziam parte dos preparativos para uma festa. "O Lago Paranoá se tornou terra de ninguém", critica. Ambos terão, também, de fazer a reposição da mata.

Segundo a administradora do Lago Sul, Natany Osório, as obras interditadas não tinham alvará da Administração nem permissão da Secretaria de Meio Ambiente do DF (Semarh). Entre os danos relatados por ela, estão o assoreamento do lago, na QL 24, e perda de mananciais e nascentes na QL 28.

Mesmo diante do descaso de alguns moradores ao meio ambiente, Natany reserva elogios à população do Lago Sul. "Os moradores têm sido acessíveis; não houve reações negativas quanto à fiscalização", conta.

DATA: 09/04/2003
VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA
CADERNO: CIDADES
PÁGINA: 03

Área está sob proteção

Mesmo que os proprietários do terreno tivessem recorrido à Administração Regional ou à Secretaria de Meio Ambiente, provavelmente o pedido teria sido negado. Isso porque o Lago Paranoá é área de preservação permanente protegida pelo artigo 3º do Código Florestal.

O código só permite a supressão total ou parcial de florestas ou outros tipos de vegetação de preservação permanente com prévia autorização do Poder Executivo Federal, e somente quando é necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

O aterro que está sendo construído no lote 14, no Setor de Mansões do Lago Norte, não atende aos requisitos do referido artigo: não visa ao interesse social nem é de utilidade pública. Atende, apenas, a interesses particulares.

DATA: 11/04/2003
VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA
CADERNO: CIDADES
PÁGINA: 09

Desrespeito ao código

Na orla do Lago Paranoá, é muito difícil encontrar residências que não possuam algum tipo de pier, marina ou construção à beira da água.

Na terça-feira, o *Jornal de Brasília* mostrou um aterramento de 50 metros quadrados em um lote no Setor de Mansões do Lago Norte.

O aterramento também ajuda a diminuir o espelho d'água do lago. O caso não é uma novidade, tanto que o subsecretário do Meio Ambiente, Cláudio Praya, e o administrador do Lago Norte,

Edvaldo Mesquita, afirmaram que a marina no Lago Norte não é um fato isolado.

Em passeio pelo lago, é fácil perceber que quase todos que moram às suas margens têm piers, marinas e até churrasqueiras. Amparados pelo medo da violência e exigindo privacidade, os moradores

não respeitam a norma básica do Código Florestal: a 30 metros dos lagos, considerados áreas permanentes de proteção, não se pode construir.

Nos terrenos chamados pontas de picolé, alguns avançam grades até dentro do lago, proibindo o acesso até seus piers particulares. Na verdade, é preciso licença ambiental para que sejam construídos e, mesmo assim, têm de ser de domínio público.

Segundo o ambientalista Fernando Fonseca, o que falta é padronizar e regulamentar o que se pode e o que não se pode fazer na orla. "As cidades têm de incluir isso em seus planos diretores. É preciso haver um código de postura que também vise a questão ambiental", diz. "Aterrar para aumentar o terreno é algo gravíssimo e que afeta diretamente o lago".

Para o brasileiro, o aterramento do Lago Paranoá pode resultar na perda de seu principal espaço de lazer. O lago é o maior monumento da escala bucólica de Brasília", diz o ambientalista Fernando Fonseca. "Sua função é ser criado por Lúcio Costa, era justamente para as atividades de lazer, além do paisagismo e composição do urbanismo".

É no Paranoá que muitos moradores do Distrito Federal praticam esportes de natação, vela e canoagem, pois cumpre função de reser-

Espaço de lazer pode acabar

dos mais importantes em uma cidade que está mais de mil quilômetros distante do mar.

Além do lado bucólico, o Paranoá cumpre outras três funções importantes: gerar energia; funcionar como receptor das águas da chuva; e servir como coletor e transportador de esgoto tratado.

A Usina do Paranoá é responsável por cerca de 2% do consumo de energia do DF. Não é a principal geradora da região, mas é estratégica, pois cumpre função de reser-

va em casos extremos. Segundo o ambientalista, os lagos urbanos hoje sofrem desse mesmo mal, o assoreamento. De acordo com ele, todos correm o risco de diminuição do espelho d'água. "O processo é irreversível, mas ainda é possível tentar ações corretivas para que isso não avance", diz.

O processo também pode se tornar uma boa desculpa para o aterramento. "Foi assim que muitos clubes de regatas surgiram à beira da Lagoa Rodrigo de Freitas", conta Fernando Fonseca.

Tamanho do lago está diminuindo

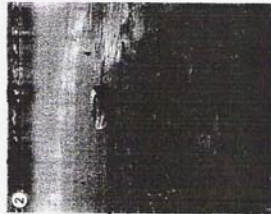
Espelho d'água já perdeu uma área equivalente a 213 campos de futebol. Lixo jogado pela população contribui

AURIE FONSECA

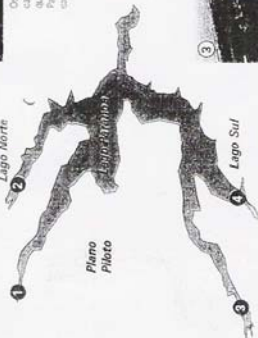
Desde que foi criado, há 50 anos, as reservas futuras de Brasília podem não ter o Lago Paranoá como ele é hoje. Desde que foi criado, há 50 anos, as reservas futuras de Brasília podem não ter o Lago Paranoá como ele é hoje. Desde que foi criado, há 50 anos, as reservas futuras de Brasília podem não ter o Lago Paranoá como ele é hoje. Desde que foi criado, há 50 anos, as reservas futuras de Brasília podem não ter o Lago Paranoá como ele é hoje.

O assoreamento acontece a toda hora, há muito tempo, diz. Se não houver posturas adequadas do ponto de vista ambiental, o lago que só se alimenta de chuva...

Os maiores problemas



O lago do Baraúna, próximo à Ponte do Itaipu, no Lago Norte, é um dos mais afetados pelo assoreamento, tanto que se formam bancos de areia.



Os resíduos sólidos e o lixo carregados pelo Rio Fc contribui para o assoreamento do Lago Paranoá e dos demais cursos d'água do assoreamento.



No Lago da Colônia de Lagoa, os afluentes limpezam menos e aumentam o nível de oxigênio devido ao lixo jogado lá.

Isso significa que o Paranoá está diminuindo de tamanho. O que também significa que num futuro não tão distante o lago de Brasília pode ter o mesmo destino da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e já diminuiu um terço do tamanho.

No Rio, o que foi assoreado por resíduos sólidos acabou virando parte da cidade. As sedes tradicionais Flamengo e Gá Vasco, por exemplo, foram ruínas até que o rio foi aterrado na área que hoje é o Estádio de Vasco.

A diferença para o DF é apenas na idade: o Lago Paranoá tem 50 anos e a Lagoa Rodrigo de Freitas é bem mais antiga.

De acordo com o ambientalista Arnaldo Ruyech, o Lago Paranoá já perdeu 213 campos de futebol de água, apesar de não ser ainda um cinquentão.

DATA: 08/08/03
 VEÍCULO: JORNAL DE BRASÍLIA
 CADERNO: CIDADES
 PÁGINA: 03

Prejuízo para o Paranoá

De forma isolada, a morte do Córrego Vereda da Cruz é ruim para os moradores locais e muito pior para o Lago Paranoá, fonte de lazer do brasileiro e também de umidade para o Distrito Federal.

Na cadeia ambiental, o problema no Vereda é um dos responsáveis pelo assoreamento (carregamento de resíduos sólidos para o leito) do Lago Paranoá. O córrego desemboca no Vicente Pires, afluente do Riacho Fundo, que, por sua vez, forma um dos quatro braços do Paranoá.

O braço do Riacho Fundo está em estado crítico. Hoje, a profundidade do lugar não chega a um metro, por causa do assoreamento. E a falta do curso do Vereda da Cruz piora a situação, pois é menos volume de água chegando ao lago.

Próximo às chácaras no Park Way que ainda mantém a característica rural dos ter-

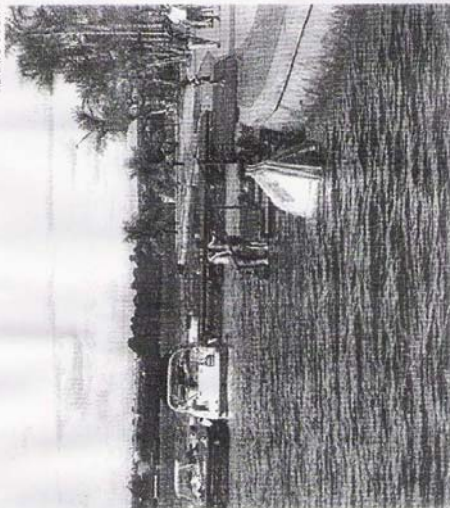
renos, a água do córrego é rara. Três bocas-de-lobo com aproximadamente dois metros de diâmetro, construídas para aguentar o volume de água do Vereda da Cruz e das chuvas, são a prova de que o curso d'água está moribundo.

No local, um incêndio recente queimou a terra seca, que substituiu a água. "Eu só entrei aqui uma vez, quando estavam construindo as bocas-de-lobo. Agora secou", disse o chacareiro Bráulio Ferreira da Silva, morador há quase 20 anos da região.

Segundo Paula Mochel, engenheira florestal do Iama-DF, o dano ambiental provocou também um dano socioeconômico. "A morte do córrego vai afetar a vida da comunidade que dependia dele para a sobrevivência. Isso significa um prejuízo social e financeiro para essas pessoas", afirmou a engenheira.

Data: 14/05/2003
Veículo: J. de Brasília
Caderno: Cidade
Página: 12

RENATO COSTA



O QUE SÃO

- Os comitês de gestão de bacias hidrográficas estão previstos na Lei das Águas (Lei Federal 9.433/97) e fazem parte da tendência de gerir os recursos hídricos de forma integrada e sustentável
- Os comitês não podem substituir o Estado nas ações de preservação, mas são voz ativa para que isso aconteça
- Formação: Até 40% dos governos federal, estadual e municipal; pelo menos 20% de sociedade civil e 40% de usuários cujas concessões dependem de outorga

Grupo quer acelerar criação do Comitê Gestor do Lago

INE FONSECA

O grupo especial para a criação do Lago Paranoá, criado em abril por representantes de setores públicos e Organizações não-Governamentais (ONGs), quer dinamizar a criação efetiva do Comitê de Gestão da Bacia do Paranoá. O movimento "6-comitê" foi definido ontem, no último dia de discussões no seminário "Gestão Participativa e Integrada do Lago Paranoá", no auditório da Universidade Católica.

O objetivo é acelerar o processo e sensibilizar o governo para a importância do comitê Gestor na preservação do lago e dos recursos hídricos da bacia do Paranoá. Na prática, o comitê tem

UnB, Oscar Cordeiro, também representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH). "Ainda não há vontade política de se valorizar medidas de gestão de recursos hídricos. Não dão importância ao setor", diz.

A sociedade civil também não se motiva em participar de comitês porque está acomodada. Mas afinal, qual a importância de um comitê gestor na Bacia do Paranoá? É ele que vai ordenar o planejamento e a utilização dos recursos. A ocupação do solo, que hoje está inteiramente relacionada à água no DF, deverá passar pela aprovação do comitê", explica o professor do Instituto de Biologia da UnB, Paulo Sérgio Salles.

Comitê seria de grande ajuda para preservar recursos hídricos